



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 27

PORTO VELHO-RO, QUARTA-FEIRA, 21 DE FEVEREIRO DE 2018

ANO VII



SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA Capa
ADVOCACIA GERAL 0326

TAQUIGRAFIA

70ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

Em 13 de Dezembro de 2017

Presidência dos Srs.

EDSON MARTINS - 1º Vice-Presidente
EZEQUIEL JUNIOR - 2º Vice-Presidente

Secretariado pelo Sr.

LEBRÃO - 1º Secretário

(Às 09 horas e 22 minutos é aberta a Sessão)

DEPUTADOS PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Aécio da TV (PP), Alex Redano (PRB), Airton Gurgacz (PDT), Anderson do Singeperon (PV), Cleiton Roque (PSB), Dr. Neidson (PMN), Edson Martins (PMDB), Ezequiel Júnior (PSDC), Geraldo da Rondônia (PHS), Hermínio Coelho (PDT), Jean Oliveira (PMDB), Jesuíno Boabaid (PMN), Laerte Gomes (PSDB), Lazineo da Fetagro (PT), Lebrão (PMDB), Leo Moraes (PTB); Luizinho Goebel (PV), Marcelino Tenório (PRP), Maurão de Carvalho (PMDB), Ribamar Araújo (PR), Rosângela Donadon (PMDB), Saulo Moreira (PDT) e Só Na Bença (PMDB).

DEPUTADOS AUSENTES:

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Havendo número legal, invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 70ª Sessão Ordinária da 3ª Ses-

são Legislativa Ordinária da 9ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura da ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) - Proceda à leitura da ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo observação dou-a por aprovada.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Secretário, nobre Secretário, senhor Presidente, tem um... Depois que o Deputado Lebrão ler o Expediente, o Secretário, a gente suspender para ver a reforma que vão apresentar. Enquanto isso o Deputado Cleiton aprova o relatório lá do Orçamento.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura do Expediente recebido.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Proceda à leitura do Expediente recebido.

EXPEDIENTE RECEBIDO

01 – Mensagem nº 299/2017 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Dá nova redação e acrescenta dispositivos à Lei nº 1.053, de 22 de fevereiro de 2002, que ‘Cria o Corpo Voluntário de Militares do Estado da Reserva Remunerada e dispõe sobre a convocação dos inscritos para serviço ativo em caráter transitório, na forma prevista no artigo 9º do Decreto-Lei nº 09-A, de 9 de março de 1982”.

02 – Mensagem nº 300/2017 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Institui a Diária Especial de Reforço do Serviço Operacional – DERSO no âmbito das Corporações Militares do Estado de Rondônia”.

03 – Mensagem nº 301/2017 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Institui o Programa de Apoio Financeiro ao Esporte Escolar – PROAFESPE destinado a subsidiar as escolas da rede pública estadual de ensino e conveniadas, cria os Centros de Treinamentos de Desporto Escolar – CTDE-TIME RONDÔNIA, e dá outras providências”.

MESA DIRETORA

Presidente: MAURÃO DE CARVALHO
1º Vice-Presidente: EDSON MARTINS
2º Vice-Presidente: EZEQUIEL JUNIOR

1º Secretário: EURÍPEDES LEBRÃO
2º Secretário: ALEX REDANO
3º Secretário: DR. NEIDSON
4ª Secretária: ROSÂNGELA DONADON

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - *Carlos Alberto Martins Manvailer*
Departamento legislativo - *Huziel Trajano Diniz*
Divisão de Publicações e Anais - *Róbison Luz da Silva*

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 Porto Velho-RO

04 – Ofício nº 55/2017 – Supremo Tribunal Federal, encaminhando relatório e voto alusivos à inviolabilidade dos Deputados Estaduais.

05 – Ofício nº 077/2017 – Fundo Emergencial de Febre Aftosa do Estado de Rondônia, encaminhando para conhecimento o relatório de demandas, sentença, acórdãos e parecer ministerial.

06 – Mensagem 302 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Altera dispositivos à Lei nº 3.696, de 22 de dezembro de 2015, que ‘Institui o Programa de Apoio Financeiro da Secretaria de Estado da Educação – PROAFI/CRE, destinado às unidades regionais de atuação intermediária e colegiada do Sistema Estadual de Ensino de Rondônia, e dá outras providências’, e dá outras providências”.

07 – Mensagem 303 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Altera dispositivos da Lei nº 3.350, de 24 de abril de 2014, que ‘Dispõe sobre o Programa de Apoio Financeiro – PROAFI destinado às unidades escolares urbanas e rurais da Rede Pública Estadual de Ensino e dá outras providências.’”.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Está suspensa a Sessão.

(Suspende-se esta Sessão às 09 horas e 41 minutos e reabre-se às 10 horas e 32 minutos)

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Está reaberta a Sessão. Cumprimento aqui o Vereador Natan do Ônibus do Município de Primavera de Rondônia, seja bem-vindo; Vice-Prefeito Ronilton Francisco Vieira, do Município de Primavera de Rondônia, seja bem-vindo; o Vereador Cristóvão Lourenço, Presidente da Câmara de Vereadores de Primavera de Rondônia, seja bem-vindo, Vereador.

Cumprimento em nome de todos os Parlamentares, as senhoras e senhores Auditores Fiscais do Estado de Rondônia, presentes aqui. Inclusive eu quero aqui nomear o meu amigo Gonçalves e também o Altamiro da região de Alto Paraíso e em nome deles cumprimentar todos os demais profissionais. Cumprimentar a Sra. Darlene Amaral, Vice-Presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais do Estado de Rondônia – SINDAFISCO. Senhor Francisco Roque, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário do Estado de Rondônia – SINJUR, seja bem-vindo também a esta Casa.

O SR. SÓ NA BENÇA – Sr. Presidente, Questão de Ordem?

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. SÓ NA BENÇA – Agradeço a presença dos Técnicos Tributários e Auditores da SEFIN que estão presentes. Contem com esta Casa, nós estamos aqui todos reunidos para fazermos esse trabalho muito importante, que é de interesse de cada um de nós, de vocês e que nós possamos sair daqui hoje vitoriosos. Amém!

O SR. GERALDO DA RONDÔNIA – Lembrando que o Altamiro foi um dos Prefeitos mais atuantes que hoje a cidade clama, Alto Paraíso clama por ele. Parabéns, Altamiro, pelo cargo, pelo desempenho, até então, como Prefeito daquela cidade.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Passemos agora às Breves Comunicações.

Eu quero pedir aos senhores Parlamentares que utilizem apenas o tempo regimental porque o volume de matérias hoje

é muito grande e nas Breves Comunicações 5 minutos sem apartes, mesmo aparte disfarçado de Questão de Ordem, porque muitas vezes o aparte é utilizado disfarçadamente como Questão de Ordem.

Então, o volume de matéria é muito grande, a intenção hoje da Mesa é limpar a pauta, nem que para isso nós vamos noite afora, até a gente limpar a pauta para darmos início ao recesso.

Então, nas Breves Comunicações, utilizando a tribuna pelo prazo de cinco minutos, o ilustre Deputado Airton Gurgacz.

O SR. AIRTON GURGACZ – Bom dia, senhor Presidente; bom dia senhores Deputados; bom dia Deputada Rosângela Donadon; bom dia aos nossos colaboradores desta Casa; quero cumprimentar a plateia cheia hoje aí, o pessoal, os técnicos tributários, o pessoal do DER, o pessoal da SEJUCEL, da SEJUS. E dizer, senhor Presidente, fazer uma comunicação que sábado passado agora, nós inauguramos, em Ji-Paraná, um auditório lá na Escola EFA, Escola da Família Agrícola. Um auditório com capacidade para 100 pessoas, uma emenda do Senador Acir Gurgacz R\$ 250 mil, onde esteve presente o Senador Acir, estiveram o nosso Prefeito Jesualdo Pires; a nossa Secretária de Educação, Márcia Regina; o Vice-Prefeito Marcito; também estiveram presentes lá o Presidente da Escola, o Silvano Santana; a Graciele Martinele, Diretora da Escola e o senhor Pedro Dalpícola, Financeiro. Também anunciamos lá, e foi feito um acordo aqui na semana retrasada, numa Audiência Pública, as EFAs do Estado, e eu fiquei com a responsabilidade de arrumar uma emenda de R\$ 150 mil para reforma da Escola EFA em Ji-Paraná, parte dos dormitórios, da parte da cozinha e banheiros. Então, nós temos essa emenda para o próximo ano já assegurada de R\$ 150 mil. Nós somos 06 EFAS, são escolas que fazem um grande trabalho no Estado de Rondônia, nesse pessoal da agricultura, dando sempre muita oportunidade. Também vamos entregar lá, um trator de pneus, eles estão com trator muito antigo lá, mais de 25 anos que está até sucateado, e com todos os equipamentos para que eles possam trabalhar. Esse trator deverá ser entregue agora em meados do mês de janeiro, início de fevereiro, para que a gente possa dar mais recursos para aquela juventude, que ela possa fazer a sua atuação de trabalho, além da parte prática, a parte teórica.

Então são essas coisas boas que todos os deputados aqui, naquela Sessão que foi feita pelo Deputado Cleiton Roque e pelo próprio Deputado Lazineho, cada um se comprometeu em ajudar as 06 Escolas Agrícolas do Estado de Rondônia. Então, Ji-Paraná ficou conosco e estão inaugurando lá, sábado, às 09:00 horas da manhã esse belo auditório, aonde eles poderão fazer reuniões, que lá não tinham, poderão fazer apresentação de trabalhos e ficou um auditório muito bem feito, bem organizado, bem bacana. Então é isso que a gente precisa pensar e fazer com as Escolas Agrícolas. E mais esses recursos também anunciados aí, que é o trator com os implementos agrícolas e os R\$ 150 mil da reforma.

Também tivemos outro evento em Ji-Paraná, na primeira formatura da Escola Militarizada lá de Ji-Paraná, onde teve a primeira formação; estivemos lá com o Tenente Paulo, que é o Diretor da Escola, os professores, alunos, pais e também lá eles estão sem uma viatura e nós também colocamos uma emenda de R\$ 140 mil para compra de uma camionete, para que eles possam dar atenção aos alunos e também ter uma viatura para fazer trabalho, fazer os trabalhos lá que eles precisam, todo tipo de trabalho. Às vezes, passa mal uma criança, um professor e precisa de uma locomoção para um

hospital e tem que ficar chamando SAMU ou Bombeiro e outras coisas mais. Lá nós tínhamos 2.200 alunos no Colégio Júlio Guerra, veio para 700, e hoje já está em 1.100 alunos e tem uma fila para querer se matricular; tanto bem que fez a Escola Militarizada para nossa cidade de Ji-Paraná. Então eu quero parabenizar todos os formandos, o Comando da Polícia Militar; o Governador Confúcio Moura; o nosso Secretário de Educação, o Valdo; o Secretário Márcio Felix, por esse grande trabalho e ter autorizado a 1ª Escola Militarizada Tiradentes 4, localizada em Ji-Paraná, que começou em julho. Então, já tem fila para fazer matrículas e vamos ver se a gente consegue chegar aos 2 mil alunos novamente que tinham lá na Escola Júlio Guerra, que foi a 1ª Escola de Ji-Paraná, uma escola antiga e que é muito bacana.

Então essas são as comunicações que tínhamos que fazer, já deu o meu tempo aqui. Vamos respeitar, senhor Presidente, o tempo regimental e agradecer pela oportunidade. Obrigado.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Muito obrigado, Deputado Airton Gurgacz. Cumprimentando aqui a senhora Prefeita Sheila Flávia Anselmo, lá do Município de Chupinguaia, seja bem-vinda; o Vereador Toninho Bertozzi, Presidente da Câmara de Chupinguaia, seja bem-vindo Vereador; Vereador Éder da Van, Vice-Presidente da Câmara de Chupinguaia; Vereador Alicate, da Câmara Municipal de Chupinguaia, sempre apertando, o nosso amigo Alicate; o Jamil Souza, Secretário de Administração do Município de Chupinguaia; também o Vereador Eliseu Batista, nosso amigo Presidente da Câmara do Município de Alto Paraíso; senhor Adonias de Deus, Presidente do Sindicato dos Servidores do DETRAN do Estado de Rondônia. Deputado Luizinho.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Questão de Ordem, Presidente. Só para registrar mais uma vez a presença da Prefeita Sheila, que é do Município de Chupinguaia, do Partido Verde, o meu Partido. Também os Vereadores Alicate, Vereador Eder da Van e Vereador Toninho Bertozzi, que é o campeão de mandatos de Vereadores na Câmara de Chupinguaia. E também o nosso Secretário Jamil, em nome dele eu cumprimento a todos os Secretários do município. E dizer que na manhã de hoje estivemos reunidos exatamente com os Vereadores e com a Prefeita, e asseguramos uma emenda para aquisição de manilhas de concreto, equipamentos agrícolas e tubos ármicos, no valor de R\$ 500 mil para atender o Município de Chupinguaia. Mais uma vez o Deputado Luizinho se consolidando como Deputado que mais recursos tem colocado, alocado para o município de Chupinguaia.

Cumprimentar também aqui o Vereador Dario Moreira, que é do Município de Alta Floresta, e que também nós entregamos a ele um empenho, atendendo o seu pedido, uma emenda para atender a APAE do município, no valor de R\$ 50 mil, e uma emenda de R\$ 200 mil para reforma e ampliação da praça central do Município de Alta Floresta. Então, meus parabéns Dario Moreira, pelo pleito e graças a Deus atendemos esse pedido.

No mais isso, não quero me estender porque hoje é dia de votar para ajudar engenheiro, para ajudar auditor fiscal, para ajudar técnico tributário, é o que nós queremos fazer. Valeu!

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Muito obrigado, Deputado Luizinho. Uma Questão de Ordem caprichada aí, não é, Deputado Luizinho?

Ainda nas Breves Comunicações, com a palavra, por cinco minutos, Deputado Adelino Follador. Pedimos a colaboração de todos os parlamentares aqui, respeitar o tempo regimental, esse grande orador do Vale do Jamari, que é sempre muito atuante nesta tribuna, que é a voz do povo.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Parabenizar o Deputado Ezequiel, que está na Presidência hoje; cumprimentar todos os meus colegas, cumprimentar a imprensa aqui presente, cumprimentar todos os servidores públicos, meus colegas também, sou servidor público de 1983, embora afastado há mais de 22 anos, com cargo eletivo, vários cargos que a gente foi Prefeito, como Secretário, como Deputado Estadual, como Vereador. E hoje, nós estamos aí, sou servidor público e a gente conhece a realidade do servidor público qual que é.

Eu quero aproveitar este momento, nós já conversamos com o Chefe da Casa Civil, que está aqui atrás; já conversamos com o Secretário de Planejamento semana retrasada, conversamos ontem também, e cobrando certos projetos que eram para estar nesta Casa, principalmente quando eu vi ontem, várias pessoas me ligando de Jarú, de Ji-Paraná, de Ariquemes reclamando que o Governo mandou muito rápido esse projeto onde favorece os Procuradores. E também, nós não somos contra que aumente, mas os servidores, principalmente os motoristas do DER, os funcionários em geral do DER, os funcionários do DETRAN que estão tanto tempo batalhando, ainda não chegou nesta Casa esse projeto tão importante, o pessoal do DETRAN, um órgão que tanta arrecada. E hoje o salário base de nível superior dois mil e oitocentos reais, isso é uma vergonha, uma das autarquias que menos paga e todos os funcionários do DETRAN hoje merecem. E nós temos que..., esta Casa, nós temos procurado cobrar, mas parece que as coisas... Tem gente que tem mais poder de pressão e resolve rapidinho. Ontem mesmo, nós votamos aqui a questão dos engenheiros do DER. Os engenheiros, na época, há tempos atrás, nós lutamos para conseguir um aumento, uma valorização a essa categoria que tanto faz para o Estado de Rondônia. E ontem, rapidinho foi votado aí, o aumento foi muito pouco. Os engenheiros do DER, receberam R\$ 200,00 de aumento, R\$ 180,00, é muito pouco. E hoje se vê os Procuradores que fizeram concurso para ganhar X, e agora, hoje vão ganhar mais que o dobro, isso se torna um pouco insatisfeito, os outros funcionários. Não estou dizendo que eles não merecem, mas nós temos que registrar isso. E gostaríamos, nós cobramos agora da Casa Civil, para que mande o mais rápido possível, está tendo o debate com Sindicato, está tendo um debate com todas as pessoas ali do DETRAN, já faz muito tempo, um trabalho que foi feito até no outro mandato do Governador e vem se arrastando, várias indicações, várias reuniões, e até hoje não concretizou. Até liguei agora para o Diretor Geral do DER sobre isso, para que ele se empenhe para poder trazer a esta Casa essa valorização do servidor. Hoje todos os servidores, motoristas, operador de máquinas que é uma categoria que hoje é que faz andar o DER, engenheiros, sem engenheiro nada se produz. Os engenheiros, eu fui residente do DER, todas as obras que para poder ser bem fiscalizada, precisa ter engenheiros competentes. E hoje, eles fazem concurso e vão para outras funções porque não são valorizados nas funções que eles estão.

Então nós queremos deixar aqui, o Chefe da Casa Civil está aqui, nós conversamos agora, e ele disse que talvez, não sei se vai votar este ano, mas que está... E nós esperamos que converse isso, se precisar fazer uma Sessão Extraordinária, eu tenho certeza que esta Casa jamais votou contra servidor,

jamais se omitiu, e em qualquer momento a gente vir aqui e votar. E nós precisamos progredir agora porque o ano que vem é um ano político é mais difícil ainda.

Então nós estamos cobrando isso, principalmente duas categorias que sempre têm procurado a gente, que é a questão do DETRAN e a questão do DER, que eu sou funcionário do DER, embora eu esteja afastado há 22 anos, eu sou colega e conheço. Fui residente do DER lá em Ariquemes e eu conheço a realidade dessas pessoas. Então, os motoristas, os operadores, os engenheiros, muitas vezes os engenheiros estão toda hora, ele tem uma responsabilidade enorme e às vezes é tão difícil para valorizar essas categorias.

Então deixar aqui meu protesto, nós vamos votar na segunda votação hoje. Inclusive muitos queriam, até me ligando para tentar não aprovar esse projeto, para pressionar para que venha o deles, mas há um compromisso da Casa Civil de mandar esse projeto. Liguei para o Diretor Geral do DER, eu espero que ele se empenhe para que aconteça isso o mais rápido possível.

Quero também dizer que esse final de semana teve uma prestação de contas lá da Escola que foi militarizada lá em Ariquemes, Chico Mendes, onde a comunidade participou em peso, os servidores também participaram, foi muito boa. E eu quero cobrar da SEDUC, foi uma indicação nossa, foi um compromisso do Secretário de Educação de criar uma Comissão para poder avaliar para essas Escolas em Ji-Paraná, em Vilhena, e Ariquemes e também a de Jaci-Paraná para que a comunidade saiba o que está melhorando, por que é que melhorou, o que é que pode melhorar. Então, esse grupo de trabalho tem que avaliar e discutir já que é um projeto piloto no Estado de Rondônia. Então que seja melhor acompanhando. Até o momento eu não vi uma ação do Secretário de Educação e nós estamos voltando a cobrar dele para que ele faça essa Comissão e informe a Comissão de Educação desta Assembleia. Também o Conselho Estadual também acompanhe para que a gente saiba, inclusive dentro do Estado de Rondônia, que seja publicado os resultados positivos e se tiver negativos também para a gente consertar dentro de um programa tão importante, mas tem que ter apoio. Um abraço, muito obrigado.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Muito obrigado. Só lembrando que a nossa sirene que alerta o tempo, ela infelizmente está com problemas, então quando completar o tempo de cinco minutos eu vou avisar para o Deputado encerrar.

Com a palavra pelo tempo regimental, nas Breves Comunicações, grande líder do Governo, Deputado Laerte Gomes.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, senhora e senhores Deputados no plenário, aqui presentes, as pessoas que estão aqui, os internautas que estão em casa nos ouvindo. Só queria, Presidente, nominar dois fatos aí no final de semana. Nós estivemos, na sexta-feira, no Município de São Miguel, eu juntamente com o Deputado Lebrão, onde fomos lá homenageados pela Associação Comercial e Industrial no Município de São Miguel pelas ações, e também pela realização da Feira que realizamos lá, através de parcerias nossas. Também deixar aqui o agradecimento da Associação Comercial Industrial de São Miguel, em nome do seu Presidente, o Jair e também em nome de todos os diretores.

Também, senhor Presidente, no último domingo de manhã estivemos ali em Alvorada d'Oeste, onde foi inaugurado um asfalto na saída do Município de Urupá, onde atendeu aqueles moradores. Uma alegria muito grande uma obra pequena, mas de significado muito importante para aquelas pessoas que

ali residem e ali tinham problemas, na época da seca, de poeira e, na época da chuva, de atoleiro e barro. Mas eu queria, senhor Presidente, já que hoje nós já caminhando para o recesso legislativo, que na verdade, Deputado Adelino, tem muito pouco, porque agora que nós começamos a andar nas bases, visitar os municípios, colher informações, colher demandas para o nosso mandato no ano de 2018.

Eu queria deixar aqui o agradecimento, talvez hoje nós votemos o orçamento, e se encerre hoje, deixar o agradecimento aqui a todos os servidores da Assembleia que junto conosco estiveram aqui todo este ano, trabalhando aqui, fazendo, aprovando leis, apresentando projetos. E estivemos juntos aqui todos por este ano. Também os servidores do Poder Executivo, Deputado Adelino, que lá analisaram os nossos projetos, cuidaram das nossas emendas. Então eu queria deixar aqui o nosso agradecimento aos servidores do nosso gabinete também, deixar aqui os agradecimentos pelo trabalho que todo esse ano, o gabinete de todos os parlamentares.

Então eu queria deixar aqui, senhor Presidente, só esses agradecimentos e dizer que nós temos uma pauta extensa hoje e a gente espera poder avançar para que se encerre hoje. Então era só isso, Sr. Presidente, gastar pouco tempo porque eu sei que a pauta é longa.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Muito obrigado, Deputado Laerte Gomes. Ainda nas Breves Comunicações, com a palavra o Deputado Lazineiro da Fetagro, grande líder da Baía Leiteira, região de Jarú.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Sr. Presidente, senhores Deputados, funcionários desta Casa, público aqui presente. Senhor Presidente, eu venho a esta tribuna, com certeza quero crer com o último pronunciamento do ano de 2017, infelizmente, para dizer que para a classe trabalhadora brasileira esse não foi um ano promissor. Este ano o Governo brasileiro aprovou medidas e vem ainda tentando aprovar medidas que, infelizmente, fazem com que a classe trabalhadora perca direitos conquistados de muitos e muitos anos. Nós começamos com a aprovação da PEC 55, que congela os gastos sociais neste País, principalmente na educação e na saúde no salário mínimo. Isso significa que o salário mínimo, onde é baseada toda a economia do nosso Estado e do nosso País, não terá aumento real nos próximos 20 anos, isso é o que diz a PEC 55. Esse congelamento na área da educação e da saúde pior ainda, na área da saúde é para prevalecer e para favorecer o sistema de saúde particular deste País, prejudicando, sempre prejudicará e prejudicando os mais pobres. Tirando direitos, tirando o que é elementar na formação de um país e de um cidadão que é a educação, um desastre para a classe trabalhadora, um desastre para a classe pobre deste País. Essa aprovação dessa PEC, a troca de emendas de parlamentares e pressão do Governo com fornecimento de cargos, nos próximos oito, dez anos a população brasileira vai sentir na pele o que eles fizeram agora. Vale salientar que nenhum outro país do mundo aprovou uma medida por tanto tempo, uma mudança na Constituição por tanto tempo.

A outra medida desastrosa para a classe trabalhadora foi a reforma trabalhista que tira direitos da classe trabalhadora conquistada há 30 anos, há 40 anos neste País. Infelizmente nós não tivemos a mesma mobilização da nossa população contra como tivemos em outros momentos neste País, porque se tivesse com certeza o Senado e o Congresso Nacional e o próprio Presidente que está no poder hoje teria votado, os trabalhadores que têm carteira assinada, do campo e da cida-

de, perdem uma quantidade imensa de conquistas que por muitos anos custou mobilizações, custou sangue, custou a luta dos trabalhadores organizados neste País.

E para fechar o ano ele quer colocar para votar a reforma da Previdência. A reforma da Previdência, em sendo aprovada, aí sim nós vamos ver os trabalhadores chegar aos seus 60 ou 65 anos de idade, correndo atrás de buscar um direito que há muito foi conquistado e que não conseguirão.

A classe trabalhadora rural pior ainda, mudando o modelo de cobrança, Deputado Herminio, você soltar um boleto para um trabalhador rural que não tem renda mensal, pagar mensalmente durante 49 anos, como era a proposta inicial, para ele se aposentar aos 60 a mulher e 65 anos o homem, é dizer que não teremos mais aposentadoria rural.

Por isso, esta Casa fez uma Audiência Pública e encaminhou o resultado dessa Audiência a todos os parlamentares de Rondônia para que votem contra a reforma da Previdência, uma reforma que irá tirar de nós trabalhadores, de vocês trabalhadores que estão aqui, que ainda não atingiram os 50 anos, porque até o momento esta é uma das mudanças, que quem não atingiu os 50 anos, acima de 50 anos prevalece a regra antiga e que tem proposta de mudança também, Deputado Lebrão, nós vamos ver os nossos velhos não conseguirem viver.

E por último eu quero aqui prestar a minha solidariedade a um grupo de companheiros do MPA que está fazendo greve de fome em Brasília contra a reforma da Previdência. E o tema é muito simples, 'passar fome agora para que você não passe fome depois'. Porque se aprovar esta reforma, muita gente, muitos trabalhadores neste País irão passar fome, porque vivem da miséria de uma aposentadoria que estão tentando tirar o direito dos trabalhadores deste País. Por outro lado, o Governo aprova a REFIS que beneficia as grandes empresas, aprova a isenção de tributos para as grandes petrolíferas que estão entrando no Brasil.

Então nós precisamos ter a convicção de que o Governo que está aí não é um Governo do povo brasileiro. É um Governo das grandes indústrias, que vem tirar direito dos trabalhadores, tirar direito do povo brasileiro, entregando o que é de mais sagrado para outros países e para outro capital.

Esta greve de fome feita pelos companheiros em Brasília, principalmente os companheiros rurais ligados aos pequenos agricultores, é uma greve para chamar a atenção da classe política brasileira, para quem nunca viveu na roça, procurar viver e saber o que é aos 60 anos ter que trabalhar para poder sustentar sua família ou para sobreviver no campo.

Então deixo aqui esta homenagem e peço aos nossos Parlamentares de Rondônia para que vote contra a reforma Trabalhista. Já temos a confirmação de alguns, a reforma da Previdência. A reforma da Previdência para que eles votem contra a reforma da Previdência, não tirando o direito dos trabalhadores do nosso País e do Estado de Rondônia. Era isso que eu tinha, senhor Presidente, deixar a solidariedade aqui a esses companheiros. Passar fome agora, Deputado Ezequiel, para não passar fome depois, o resto da vida. Obrigado, senhor Presidente.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Obrigado, Deputado Lazineho. Cumprimentando aqui a presença do Vereador Zebin Brizon da Câmara Municipal de Cacoal. Zebin Brizon, seja bem-vindo.

Ainda nas Breves Comunicações, Deputado Só Na Bença.

O SR. SÓ NA BENÇA – Obrigado, senhor Presidente por esta educação que o senhor está tendo pelo menos hoje e sempre foi assim também.

Quero cumprimentar Vossa Excelência, senhor Presidente; nobres companheiros; público aqui presente; quero cumprimentar a imprensa de um modo geral; parabenizar a todos os servidores desta Casa que vêm fazendo um excelente trabalho aqui nesta Casa juntamente com os Deputados; parabenizar todos os Deputados; o nosso Presidente da Assembleia Legislativa, Maurão de Carvalho que vem também se desdobrando, um a excelente trabalho. Quero, senhor Presidente, cumprimentar o Prefeito de Primavera de Rondônia, Prefeito Eduardo Bertotele; quero cumprimentar também o Vice-Prefeito de Primavera, que é o Ronilton Francisco Vieira, o qual fomos Vereadores juntos na cidade de Primavera de Rondônia; quero cumprimentar o Natan, Vereador Natan; ex-vereador Tito; e também Vereador Cristovão que está presente, que é o Presidente da Câmara Municipal de Primavera de Rondônia. E também te parabenizar, Cristovão, pelo excelente trabalho que Vossa Excelência está fazendo à frente daquela Câmara de Vereadores. Vereador Zerbin, quero cumprimentar o Vereador Zerbin também, de Cacoal; em nome desses Vereadores cumprimentar todos os Vereadores presentes; e também todos os Prefeitos que nos dão a honra de estar aqui nesta manhã, nesta Sessão, nesta Assembleia Legislativa.

Isso é muito importante, senhor Presidente, quando nós estamos aqui fazendo este grande trabalho em prol de toda a população do Estado de Rondônia, que a gente vê o plenário lotado de pessoas, que são os fiscais de cada um de nós para observar, ver realmente os trabalhos que nós desdobramos aqui na Assembleia Legislativa. Isso para nós é uma alegria muito grande, porque a gente faz um trabalho voltado para a população e a população, certamente, precisa estar por dentro de tudo que se passa aqui na Assembleia Legislativa.

Senhor Presidente, eu quero apenas agradecer primeiramente a Deus por esta oportunidade que Ele tem dado a cada um de nós, de poder mais uma vez nesta quarta-feira, nesta Sessão, praticamente quase a última Sessão do ano de 2017. Agradecer pelos trabalhos que nós, nesta Assembleia Legislativa, junto com o Governo do Estado, que vem se desdobrando no Estado de Rondônia. Então, isso significa que o Estado de Rondônia, nessa união da Assembleia Legislativa e também o Governo do Estado, todo secretariado do Estado, do Governo, unidos, firmes, com muita sinceridade para trabalhar em prol da nossa população. Então, isso nos honra muito, nos dá alegria e também faz com que nós possamos ter mais desejos de permanecer nesta Casa, senhor Presidente, para trabalhar em prol da nossa população. Porque a população de Rondônia, o povo de Rondônia é um povo hospitaleiro, um povo que está sempre dando atenção também para nós aqui na Assembleia Legislativa.

Então, este ano de 2017, eu quero dizer que já completamos aqui 03 anos de mandato nesta Casa. Lembro-me da primeira vez que eu registrei presença, Deputado Léo Moraes, aqui na Assembleia Legislativa, a primeira vez que o Deputado Só na Bença e cada um de nós registrou a nossa presença neste painel, foi uma grande preocupação, Deputado Dr. Neidson, de saber que nós temos recebido em nossas mãos uma grande responsabilidade para que, hoje, com 03 anos de mandato, a gente olhar para trás, Deputado Cleiton Roque, e olhar e falar realmente Deus está conosco. Ele tem nos dado sabedoria para que nós possamos colocar as emendas, votar projetos que são de interesse da nossa população, em cima daquilo que realmente seja do interesse da nossa população.

Então, senhor Presidente, apenas quero agradecer por este ano de 2017, agradecer ao Governo do Estado por ter pagado direitinho as nossas, não só do Deputado Só na Bença, mas de todos os Deputados. E agradecer todos os Prefeitos, Vereadores do Estado de Rondônia que têm nos procurado em nosso gabinete para que nós possamos colocar nos seus municípios aquilo que é de interesse da sua população. Então muito obrigado, quero agradecer e dizer que nós já estamos no final do ano de 2017, já chegando aí o Natal, e que este Natal seja um Natal cheio de felicidade, de paz, longevidade, bondade, domínio próprio para cada um de nós. Que Deus possa nos dar mais essa oportunidade de passar um final de ano, um Natal cheio de paz. E que 2018 seja um ano repleto de felicidade para cada um de nós. Muito obrigado.

Aproveitando mais uma vez quero aqui agradecer, que eu já falei aqui, mas eu quero agradecer mais uma vez a presença dos técnicos tributários e auditores da SEFIN que estão aqui presentes. Muito obrigado, fiquem com Deus bom de estar conosco e o Deus de Jacó, Ele é o nosso refúgio. Muito obrigado.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Muito obrigado, Deputado Só na Bença. Ainda nas Breves Comunicações, com a palavra o Deputado Anderson do Singeperon.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON – Bom dia a todos. Senhor Presidente, estava num debate, hoje nós temos um projeto muito importante a ser votado nesta Casa e já foi fruto de Audiências Públicas aqui nesta Casa, que é essa reforma administrativa. O Executivo recuou em relação à extinção da Secretaria de Justiça que transformaria a Secretaria em Superintendência, então vai ser mantida como Secretaria. E como eu sempre falei, o Executivo, vários projetos que ele mandou para esta Casa foram votados, foram aprovados, então a nossa ideia seria colocar emenda no projeto, garantindo que o servidor de carreira do sistema prisional pudesse gerir o sistema prisional, como acontece na POLITEC, como acontece na Polícia Civil, na Polícia Militar e em outras Superintendências que têm status de Superintendência. O governo recuou em relação a manter como Superintendência e vai manter como Secretaria.

E as nossas emendas, que nós estamos discutindo em relação a essa questão e também à criação da Fundação, é justamente para não fazer uma reforma que vai tornar o sistema penitenciário ou o sistema socioeducativo como um cabide de emprego. A gente não quer isso, a gente quer um sistema que funcione, um sistema que de fato cumpra as diretrizes da lei federal, tanto da Lei de Execução Penal como do ECA, a Lei da Criança e do Adolescente que trata sobre a recuperação e devolver esse indivíduo para a sociedade. Então, fazer uma reforma vazia, sem algumas questões a serem discutidas é tornar um sistema cabide de emprego.

Então, a nossa ideia ali é de fazer emenda justamente amarrando isso, colocando profissionais que conhecem o sistema. E eu quero dizer aqui para os presentes, para os Deputados, alguns fatos que acontecem dentro do sistema prisional e dentro do sistema socioeducativo, principalmente de sinistro, como rebeliões, fugas, na maioria das vezes é porque decisões são tomadas erradas. Decisões por pessoas que não conhecem esse sistema. É um sistema complexo, é um sistema sensível. Essa foi a nossa preocupação em todos os momentos, de discutir isso em Audiência Pública, chamar o Ministério Público, que fiscaliza a Execução Penal, que fiscaliza as medidas socioeducativas, o Juiz de Execução, o Juiz da Comarca da Infância e do Adolescente, justamente para que esse sistema

tenha a sua funcionalidade sim, que é devolver o indivíduo recuperado, que hoje isso não acontece.

Hoje, a maioria dos crimes que acontece aqui no convívio social é praticada por pessoas que passaram por esse sistema, seja socioeducativo, seja prisional, a diferença é a idade. Mas isso acontece porque esse indivíduo está entrando lá e está saindo pior do que ele entrou, não está sendo recuperado. E discutindo uma reforma nesse sentido, nós nos preocupamos que quem tem que cuidar desse sistema, como acontece nas outras categorias da Segurança Pública, é quem conhece, é quem é técnico, é quem tem competência para isso. Não trazer gestores de fora, não sou contra nenhuma categoria, mas acho que quem tem que cuidar é quem conhece, quem tem o conhecimento técnico para desenvolver o trabalho de ressocialização, o trabalho de recuperação de qualquer indivíduo.

Então nós fizemos algumas emendas e hoje o mais importante é uma preocupação que nós estamos levando ao Executivo que é o que o servidor vem amargando aí há muito tempo, são duas situações: uma, a correção de inflação. Os servidores do Executivo estão aí há 5 anos sem a correção de inflação. Valorização da moeda, o salário está desvalorizado, o poder de compra diminuiu. Para se ter uma ideia, um exemplo bem simples, hoje uma botija de gás custa R\$ 75,00. Olha, o absurdo! Aí, se for entrar no mérito, vai entrar também na questão do combustível, vai entrar na questão da cesta básica, vai entrar na questão de planos de saúde que vêm aumentando, e o salário achatado dos servidores. Os Poderes estão fazendo as suas correções. Parabéns ao Presidente da Assembleia, Deputado Maurão, que tem feito isso com o servidor, e eu nunca vou ser contra o Presidente da Assembleia, o Presidente de qualquer Poder conceder reajuste para o servidor, porque é o servidor que carrega a máquina. Agora, os servidores do Executivo vêm sofrendo isso, vêm sofrendo com a não correção de inflação, categorias como a do sistema prisional, do sistema socioeducativo, DER, DETRAN, entre outras, sem planos de carreira. Servidores trabalhando sem motivação alguma e a gente vem tentando extrair do Executivo uma proposta para levantar a autoestima do servidor, que está aí sem uma carreira. E hoje o servidor, principalmente do sistema prisional e socioeducativo não tem como pensar numa carreira porque não tem carreira.

Então, o que nós queremos é uma carreira sólida, uma carreira que o servidor possa pensar desfrutar uma aposentadoria digna, que hoje não é o caso. Então a gente pede do Executivo uma sensibilidade nesse sentido porque se a gente quer um serviço público eficaz, se nós queremos um serviço público que funcione, que atenda a sociedade, que atenda quem paga os impostos, quem mantém essa máquina de pé, a gente precisa valorizar o servidor público, a gente precisa reconhecer o trabalho de quem carrega a máquina nas costas. Porque quem está impedindo fugas, rebeliões, brigas de facções são esses servidores dentro do sistema prisional, é cada servidor dentro das suas funções.

Hoje se discute uma reforma, estamos fazendo umas emendas e tentando acordar com o Executivo que não haja Veto nessas emendas, porque nós queremos o melhor para esse sistema. Não é só fazer a política, é fazer com que a política faça com que a máquina funcione. E, hoje, a sociedade não tem esse sentimento, seja na saúde, seja na educação, seja na segurança pública há esse descontentamento da sociedade. Mas como melhorar o serviço público se o servidor que deveria estar em primeiro lugar, fica em segundo ou até em último? Então a gente pede uma sensibilidade do Poder

Executivo com os servidores do Executivo, que vêm sofrendo há muito tempo essa desvalorização, sem Plano de Carreira.

Então, senhor Presidente, esta é a minha fala hoje aqui na Casa. Vai se discutir uma reforma que é muito ampla, têm algumas preocupações em relação a outros segmentos da máquina pública que pode ser até engessado com essa reforma. Então nós temos que analisar bem para fazer um voto consciente e depois não se arrepender de ter feito. Lembrando que essa é a 3ª reforma que o Executivo envia para esta Casa e o que a gente quer é que a máquina funcione, que as coisas aconteçam, que o servidor também seja lembrado nesse momento. Então, esse é o nosso pedido, essa é a nossa fala hoje. Bom dia a todos. Agradeço.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Obrigado, Deputado Anderson. Nós temos ainda dois oradores inscritos aqui nas Breves Comunicações.

Temos ainda o Deputado Léo Moraes, na sequência, e o Deputado Hermínio Coelho, grande líder da minoria nesta Casa. Com a palavra o Deputado Léo Moraes.

O SR. LÉO MORAES – Senhor Presidente, Deputado Ezequiel Junior, que eu saúdo e cumprimento os demais colegas de Parlamento, cumprimento toda população que está presente em nossas galerias, para prestigiar e para lutar os seus direitos, pelos benefícios que devem ser conferidos.

De forma muito rápida, até porque apenas venho reiterar, endossar a preocupação de muitos colegas Deputados no tocante ao Projeto da Reforma Administrativa, porque pode prejudicar categorias, classes, servidores e não tem uma demonstração clara que traz economia. A gente tem discutido juntamente com o Deputado Anderson, juntamente com outros colegas em relação à SEJUS, à extinção da SEJUS já foi uma conquista, não mais teremos a extinção da SEJUS para transformá-la em uma Superintendência, em uma Coordenadoria, não mais acontecerá, já é um grande avanço.

Estamos discutindo agora a questão da criação da Fundação do Sistema Socioeducativo, e a gente tem preocupação. Se nesse momento não tivermos o compromisso da parte do Governo conosco, Deputados Estaduais, de que nós iremos regulamentar as atividades, através do Plano de Cargos do PCCR, que é uma reivindicação que eles tanto pedem. A gente tem que ficar, logicamente, sensível, afinal, nós somos representantes de toda a população.

Daqui a pouco, o Secretário Chefe da Casa Civil mandou mensagem que irá estar aqui na Sala de Reuniões, para que fique definitivamente acertado o Plano de Cargos, assim como algumas alterações. O Deputado Anderson se prontificou, estava trabalhando, nós participamos com o Deputado para garantias aos Socioeducadores e também aos Agentes Penitenciários.

Outra questão que me preocupa diz respeito à CAERD. Há poucos dias nós fomos até a Justiça do Trabalho e participamos de uma Audiência de Conciliação para que os servidores que àquela época estavam em greve, voltassem, retornassem as suas atividades. Estavam 03 meses sem salários, 03 meses, e a administração do Estado faz ecoar, comenta aos quatro cantos, a todos os ventos, que paga salários em dias. Servidores da CAERD, de forma indireta, são servidores públicos também do Governo do Estado de Rondônia, enfim, Dra. Cesarineide, Desembargadora, foi muito competente, muito sensível, após horas de tratativa conseguimos achar um denominador comum e acabar, acabar, exterminar a greve.

Foi um avanço considerável, com muita habilidade do Sindicato, das pessoas envolvidas.

Portanto, agora nós recebemos a notícia que a CAERD, através de Ofícios, que nós temos em mãos, encaminhados ao Banco do Brasil, não está cumprindo uma determinação Judicial e já começou a deixar de pagar esses servidores. Nós tínhamos uma série de condicionantes, por exemplo, pagar o salário do menor e depois ir pagando os maiores salários para beneficiar aqueles que têm menos, aqueles que têm menor poder aquisitivo, que têm, logicamente, contas maiores para pagar. Nada disso está sendo feito.

Então, eu não entendo, eu não compreendo como pode uma empresa de economia mista, vinculada ao Governo do Estado, não cumprir decisão judicial. Isso afeta o estado democrático de direito; isso rasga a nossa Constituição e queima na frente da população. Sem contar que o fato em si já é grave, se torna mais grave ainda quando a gente anda pela cidade de Porto Velho, uma cidade que graças a Deus tem bonança, tem riqueza hidrológica, tem água, rios de água doce, lagos, grandes reservatórios e a gente vê, nas casas da população, a falta de água; vê nas faculdades e nas instituições, a falta de água. É inconcebível pensar também que as nossas ruas estão todas abertas, escancaradas para um suposto reparo de tubulação e até hoje não conseguiram consertar as nossas ruas da cidade de Porto Velho. O que querem, que pelo menos sejam claros, querem entregar à iniciativa privada? Querem entregar à administração municipal? Seja claro, mas não brinque com a cara da população que sofre as mazelas por ingerência e incompetência, que o melhor de tudo nós já temos, que é a riqueza, nós temos água, a todo canto que nós vamos tem água aqui em Porto Velho, tem água no Estado de Rondônia. Já pagamos a energia, em valores proporcionais, mais cara do Brasil, sendo que temos duas das grandes hidrelétricas que deveriam, ao menos, fazer pagarmos uma energia mais barata e ter qualidade no fornecimento da energia elétrica. Não à toa que daqui a pouco vou ter que me ausentar, irei à Brasília para uma reunião com a ANEEL, com o Ministério de Minas e Energia para pelo mostrar que estamos atentos e vigilantes e que a gente não é o cantinho do Brasil que deve ser ignorado por esse povo que acha que manda no nosso Brasil.

Portanto, fica aqui o pedido aos nossos colegas Deputados, que devemos fazer alguma coisa em relação à CAERD, investigar, criar comissões, entregar relatórios ao Ministério Público e à Polícia. E o que tiver que fazer, nós devemos fazer, porque isso é uma safadeza que estão fazendo com a população. Muito obrigado.

(Às 11 horas e 24 minutos o senhor Ezequiel Junior passa a presidência ao senhor Edson Martins)

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado, Deputado Léo Moraes, pelo seu discurso. Ainda nas Breves Comunicações, com a palavra o ilustre Deputado Hermínio Coelho, por cinco minutos, sem aparte.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Bom dia, Presidente; bom dia meus colegas Deputados, bom dia a população que está presente aqui.

Eu vou só fazer uma fala aqui com relação à forma que o Governo vem tratando as categorias de trabalhadores, servidores do Estado. Por exemplo, de alguns anos para cá, os trabalhadores, a maioria dos trabalhadores do Estado, a maioria dos servidores do Estado, principalmente os pequenos: os

motoristas de ambulância, os agentes penitenciários, os policiais civis, policiais militares, os enfermeiros, os técnicos de enfermagem, os motoristas, os operadores de máquinas, por exemplo, um operador de máquina do DER ganha novecentos reais, ganha salário mínimo no Estado. Você trabalhar numa 'maquinona' daquela o dia todinho para ganhar novecentos reais por mês. O motorista de ambulância, o motorista de ambulância do Estado, que corre aí de Guajará a Vilhena, vive aí carregando gente para cima e para baixo, tendo que andar correndo muito, de dia, de noite, de madrugada, ganha novecentos reais por mês, nem insalubridade tem, nem insalubridade tem.

Esses trabalhadores que eu citei aqui, civil, policial civil, PM, professores, os trabalhadores da saúde, os trabalhadores do DER os pequenos, enfim, os servidores que ganham salários pequenos estão há anos sem ter nem a correção da inflação. O Governo alega na tal de uma mesa que tem aí, que faz os cálculos; nunca tem um centavo para corrigir nem a inflação para os trabalhadores, para a maioria dos trabalhadores. E todo mês chegam projetos aqui para categorias, para segmentos isolados, por exemplo, os Secretários. Há 15 dias, há um mês foi aprovado aqui o aumento de salário de Secretário de R\$ 18 mil para R\$ 25 mil. Nessas horas não fizeram conta, não fizeram cálculo, já aumentaram de dezoito para vinte e cinco o salário do Secretário. Não que eu seja contra que um Secretário ganhe, mas já que aumentou o salário do Secretário, por que não aumentou de todos os servidores do Estado? Por que aumentou só do Secretário? Aí depois vem dos Delegados, os Delegados como é uma categoria que tem poder de pressão, vem aqui resolve o problema deles, mas não resolve o problema dos trabalhadores pequenos da Segurança Pública. Vêm os coronéis também, enfim.

Agora, por exemplo, dos nossos auditores fiscais, não sou contra aumento, qualquer tipo de melhora para os nossos auditores fiscais. Mas eu queria..., o Estado tem que ter uma política que trate os trabalhadores todos iguais. Não pode tratar uma minoria porque tem poder de pressão ao Governo e deixar o restante dos trabalhadores ganhando salário mínimo, porque é inaceitável. Você vê esse exemplo da ambulância, por exemplo, você vê um trabalhador, um motorista de ambulância do Estado, ganhar novecentos reais, não ter direito nem a insalubridade, esses trabalhadores não têm. Eu nunca vi... Está há alguns anos, eu nunca vi o Sindicato da Saúde aqui lutando e reivindicando aqui na Assembleia para ver essa situação dos trabalhadores na saúde. Eu vejo, você vai ali ao CEMETRON, as condições de trabalho ali são terríveis. Um técnico de enfermagem ganha mil e quinhentos reais no Estado, mil e quinhentos reais para trabalhar em condições subumanas como o João Paulo e aquele CEMETRON e outras estruturas do Estado.

Por isso, Deputado, está na hora, está na hora da gente ver isso. Eu também quero aqui cobrar do Sindicato, do próprio SINTERO, um professor de Rondônia, um servidor, os professores de Rondônia ganham dois mil reais por mês, ganha dois mil reais por mês, está há ano sem pegar nem a inflação, como os outros restantes dos servidores do Estado.

Por isso eu quero aqui repudiar a política desse Governo com relação aos servidores do Estado, principalmente os pequenos, os pequenos servidores do Estado, repudiar o tratamento da forma que o Governo, está atrás aqui o Chefe da Casa Civil, têm aqui alguns Secretários do Estado, eles devem estar me ouvindo falar aqui. Eu repudio veementemente essa política, onde atende uma minoria que já vive melhor, já tem uma condição melhor do que a maioria e essa maioria infelizmente ganha miséria.

O Estado devia ter vergonha, o Estado tinha que ter vergonha de pagar um salário de novecentos reais para um operador de máquina, para um motorista de ambulância, dois mil para o professor, dois mil para um agente penitenciário, esse Governo tinha que ter vergonha de pagar esse salário para o trabalhador. E nem tem uma política, não tem uma política neste Estado, de valorização para a maioria dos nossos trabalhadores. Tem só para categorias pequenas, mas que tem o poder grande de pressão ou de barganha no Governo do Estado.

Por isso, aqui mesmo eu estava vendo um Projeto que está aqui, que deve ser votado hoje, com relação a Polícia Militar, onde o Estado manda, criando, obrigando, pedindo para a Assembleia obrigar os trabalhadores militares, os soldados e os oficiais trabalhem nas suas folgas, sendo obrigado a trabalhar nas suas folgas para poder atender as necessidades do Estado.

Nós sabemos que tem 500 policiais militares aprovados no último concurso, remanescentes do último concurso de 2014, e não são chamados. Eu estava olhando, por exemplo, um oficial é 80%, se ele trabalhar na folga, ele vai receber 80% do que ele ganha normalmente do Estado, já está errado, porque se ele trabalha no feriado, na folga ou hora extra, tinha que ser 200% a mais do que ele ganha, não é menos de que ele ganha, um oficial é 80%, e do soldado é 65%. Tem que acabar esse tratamento, se é 80 para o oficial, tem que ser 80 para o soldado também, por que essa diferença? Por que os maiores têm que ter mais benefícios, mais privilégios do que os pequenos?

Por isso, repudio este Governo na política, no tratamento à maioria dos servidores públicos do Estado, que vivem sem pai e sem mãe, e trabalhando e fazendo muito. Você vai ao João Paulo, estão ali aquela esculhambação, mas funciona ainda graças aos trabalhadores de lá. Vai ao Cemeton a mesma coisa, vai às escolas as mesmas coisas, mesmo os trabalhadores ganhando pouco e tendo condição de trabalho difícil, continuam oferecendo ainda um serviço razoável para o povo, graças a competência e o compromisso desses servidores com a população. Obrigado, Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado companheiro Deputado Herminio. Encerradas as Breves Comunicações, não há mais oradores inscritos. Passamos ao Grande Expediente.

Neste momento esta Sessão está suspensa.

(Suspende-se esta Sessão às 11 horas e 32 minutos e reabre-se às 12 horas e 44 minutos)

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – A Sessão foi suspensa nas Breves Comunicações e agora nós passamos à Ordem do Dia.

Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura das proposições recebidas.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Procede à leitura das proposições recebidas.

APRESENTAÇÃO DE MATÉRIAS

- PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL DOS DEPUTADOS ALEX REDANO, MAURÃO DE CARVALHO E JEAN OLIVEIRA. Altera o § 2º do art. 6º, acrescenta o inciso XIII ao art. 30, e dá nova numeração ao parágrafo único e acrescenta o § 2º ao

art. 219 da Constituição do Estado de Rondônia, e dá outras providências.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO HERMÍNIO COELHO. Requer à Mesa Diretora que seja concedido Voto de Louvor à Associação de Praças da Polícia Militar do Estado de Rondônia – ASPRA PM/RO, bem como aos membros da Diretoria da ASPRA PM/RO.

- REQUERIMENTO DOS DEPUTADOS MAURÃO DE CARVALHO E DR. NEIDSON. Requer realização de Audiência Pública para análise da situação de criação de novos municípios no Estado de Rondônia e em especial sobre a emancipação do Distrito de Extrema.

– REQUERIMENTO DO DEPUTADO GERALDO DA RONDÔNIA. Requer Voto de Louvor para Marcelo Luis Pego, morador do Município de Ariquemes-RO.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO GERALDO DA RONDÔNIA. Requer Voto de Louvor para Antônio Carlos de Melo Batista, morador do Município de Ariquemes-RO.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO GERALDO DA RONDÔNIA. Requer Voto de Louvor para Adeir Candido Neto, morador do Município de Ariquemes-RO.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO GERALDO DA RONDÔNIA. Requer Voto de Louvor para Rosa Jesus Pereira, moradora do Município de Ariquemes-RO.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO GERALDO DA RONDÔNIA. Requer Voto de Louvor para Rosangela Denardin, moradora do Município de Ariquemes-RO.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO GERALDO DA RONDÔNIA. Requer Voto de Louvor para Valdemir Alcântara, morador do Município de Ariquemes-RO.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO GERALDO DA RONDÔNIA. Requer Voto de Louvor para Ilda da Conceição Salvático, moradora do Município de Ariquemes-RO.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO GERALDO DA RONDÔNIA. Requer Voto de Louvor para Irineo Pereira Santos, morador do Município de Ariquemes-RO.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO GERALDO DA RONDÔNIA. Requer Voto de Louvor para João Ronconi, morador do Município de Ariquemes-RO.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO. Requer a aprovação de Voto de Repúdio a tentativa do Ministério de Educação – MEC, através da inclusão da ideologia de gênero e educação sexual na Base Nacional Comum Curricular – BNCC.

- REQUERIMENTO DEPUTADO LÉO MORAES. Requer à Mesa Diretora que solicite ao Presidente da CAERD, senhora Iacira Azamor, explicações sobre as constantes falta de abastecimento de água na cidade de Porto Velho-RO.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ANDERSON DO SINGEPERON. Requer a Secretaria de Estado da Saúde – SESAU informações quanto ao pagamento do Adicional de Insalubridade aos Técnicos de Enfermagem que ingressaram a partir do ano de 2009 no Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer à Mesa Diretora que solicite ao Poder Executivo cópia na íntegra dos documentos referentes à Mensagem nº 295, de 12 de dezembro de 2017, que “Acrescenta dispositivos à Lei nº 1.052, de 19 de fevereiro de 2002, que ‘Dispõe sobre a Carreira de Tributação, Arrecadação e Fiscalização do Estado de Rondônia, e dá outras providências’, e dá outras providências.”

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer à Mesa Diretora que solicite do Poder Executivo, cópia na íntegra dos documentos referente à Mensagem nº 294, de 12 de de-

zembro de 2017, que “Altera a redação do parágrafo 1º do artigo 53 da Lei Complementar 68 de 9 de dezembro de 1992.”

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer à Mesa Diretora que solicite ao Poder Executivo, cópia na íntegra dos documentos referente à Mensagem 293, de 12 de dezembro de 2017, que “Dispõe sobre a fixação dos prazos para a elaboração da Avaliação Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia, na forma que especifica, e dá outras providências”.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer à Mesa Diretora que solicite ao Poder Executivo, cópia na íntegra dos documentos referente à Mensagem 296, de 12 de dezembro de 2017, que “Dispõe sobre o vencimento dos servidores do Grupo I do Departamento Estadual de Estradas de Rodagens, Infraestrutura e Serviços Públicos – DER, conforme a Lei Complementar nº 529, de 10 de novembro de 2009, e dá outras providências.”

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer à Mesa Diretora que solicite ao Poder Executivo, cópia na íntegra dos documentos referente à Mensagem 297, de 12 de dezembro de 2017, que “Fixa o valor do subsídio dos Procuradores no âmbito das Autarquias do Estado de Rondônia e da outras providências.”

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Ainda na Ordem do Dia, solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura das matérias a serem apreciadas.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO HERMÍNIO COELHO. Requer à Mesa Diretora que seja concedido Voto de Louvor à Associação de Praças da Polícia Militar do Estado de Rondônia – ASPRA PM/RO, bem como aos membros da Diretoria da ASPRA PM/RO.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o Requerimento do ilustre Deputado Hermínio Coelho. Em votação o Requerimento. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO e DR. NEIDSON. Requer a realização de Audiência Pública para análise da situação de criação de novos municípios no Estado de Rondônia e em especial sobre a emancipação do distrito de Extrema.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Requerimento dos ilustres Deputados Maurão de Carvalho e Dr. Neidson. Em discussão o Requerimento. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) - REQUERIMENTO DO DEPUTADO GERALDO DA RONDÔNIA. Requer Voto de Louvor para Antônio Carlos de Melo Batista, morador do Município de Ariquemes-RO.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Em discussão Requerimento do ilustre Deputado Geraldo da Rondônia. Em votação o Requerimento. Os Deputados favoráveis permaneçam

como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) - REQUERIMENTO DO DEPUTADO GERALDO DA RONDÔNIA. Requer Voto de Louvor para Marcelo Luis Pego, morador do Município de Ariquemes-RO.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Em discussão Requerimento do ilustre Deputado Geraldo da Rondônia. Em votação o Requerimento. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) - REQUERIMENTO DO DEPUTADO GERALDO DA RONDÔNIA. Requer Voto de Louvor para Adeir Candido Neto, morador do Município de Ariquemes-RO.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Em discussão Requerimento do ilustre Deputado Geraldo da Rondônia. Em votação o Requerimento. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) - REQUERIMENTO DO DEPUTADO GERALDO DA RONDÔNIA. Requer Voto de Louvor para Rosa Jesus Pereira, moradora do Município de Ariquemes-RO.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Em discussão Requerimento do ilustre Deputado Geraldo da Rondônia. Em votação o Requerimento. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) - REQUERIMENTO DO DEPUTADO GERALDO DA RONDÔNIA. Requer Voto de Louvor para Rosangela Denardin, moradora do Município de Ariquemes-RO.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Em discussão Requerimento do ilustre Deputado Geraldo da Rondônia. Em votação o Requerimento. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) - REQUERIMENTO DO DEPUTADO GERALDO DA RONDÔNIA. Requer Voto de Louvor para Valdemir Alcântara, morador do Município de Ariquemes-RO.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Em discussão Requerimento do ilustre Deputado Geraldo da Rondônia. Em votação o Requerimento. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) - REQUERIMENTO DO DEPUTADO GERALDO DA RONDÔNIA. Requer Voto de Louvor para Ilda da Conceição Salvático, moradora do Município de Ariquemes-RO.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Em discussão Requerimento do ilustre Deputado Geraldo da Rondônia. Em votação o Requerimento. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) - REQUERIMENTO DO DEPUTADO GERALDO DA RONDÔNIA. Requer Voto de Louvor para Irineo Pereira Santos, morador do Município de Ariquemes-RO.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Em discussão Requerimento do ilustre Deputado Geraldo da Rondônia. Em votação o Requerimento. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) - REQUERIMENTO DO DEPUTADO GERALDO DA RONDÔNIA. Requer Voto de Louvor para João Ronconi, morador do Município de Ariquemes-RO.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Em discussão Requerimento do ilustre Deputado Geraldo da Rondônia. Em votação o Requerimento. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) - REQUERIMENTO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO. Requer a aprovação de Voto de Repúdio a tentativa do Ministério da Educação – MEC, através da inclusão da ideologia de gênero e educação sexual na Base Nacional Comum Curricular - BNCC.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Em discussão o Requerimento do ilustre Deputado Maurão de Carvalho. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) - PROJETO DE LEI 849/2017 DA MESA DIRETORA, em segunda discussão e votação. Concede Abono Natalino Excepcional no mês de dezembro de 2017 para os servidores do quadro de pessoal efetivo, cedidos, agregados e para os nomeados em cargos de provimento em comissão da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei 849/2017. Em discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) - PROJETO DE LEI 830/2017 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 282. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por anulação para atender Despesas Correntes com Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida, Amortização da Dívida e Outras Despesas Correntes.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei 830/2017. Em discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 829/2017 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 281. Acrescenta dispositivo à lei nº 1.473, de 13 de maio de 2005, que 'Concede Crédito Presumido nas Operações de saída interestadual de mercadoria importada do exterior'.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei 829/2017. Em discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 833/2017 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 211. Altera, acrescenta e revoga dispositivos da Lei nº 688, de 27 de dezembro de 1996, que 'Institui o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), e dá outras providências'.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei 833/2017. Em discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 835/2017 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 283. Altera dispositivo da Lei nº 3.507, de 3 de fevereiro de 2015, que 'Institui programa de estágio remunerado, no âmbito da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG, e da Superintendência Estadual de Administração e Recursos Humanos – SEARH'.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei 835/2017. Em discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 840/2017 DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Altera a alínea "f", inciso I, do artigo 27, da Lei nº 688, de 27 de dezembro de 1996, para alterar a alíquota de ICMS incidente sobre a energia elétrica.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Projeto de Lei 840/2017 de autoria do Deputado Jesuíno Boabaid. Em segunda discussão o projeto. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 841/2017 DO DEPUTADO DR. NEIDSON. Declara de Utilidade Pública a

Associação dos Ferroviários da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré – ASFEMM, com sede no Município de Porto Velho/RO.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei 841/2017 de autoria do Deputado Dr. Neidson. Em discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 844/2017 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 291. Acrescenta, altera e revoga dispositivos do artigo 28 da Lei nº 982, de 6 de junho de 2001.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei 844/2017. Em discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 846/2017 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 293. Dispõe sobre a fixação de prazos para a elaboração da Avaliação Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia, na forma que especifica, e dá outras providências.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Essa é a segunda discussão? A primeira estava parada, não é?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei 846/2017. Em discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 848/2017 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 298. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro e por anulação até o montante de R\$ 83.762.356,82, em favor das Unidades Orçamentárias: SEFIN, SUGESP, SEGEP, DER, SESDEC, SEDUC e FES.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei nº 848/17. Em discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 186/17 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 294. Altera a redação do § 1º do artigo 53 da Lei Complementar nº 68, de 09 de dezembro de 1992.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei Complementar nº 186/17. Votação Nominal. O painel já está aberto.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- sim
- Deputado Airton Gurgacz	- sim
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Anderson do Singeperon	- sim
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Ezequiel Júnior	- sim
- Deputado Geraldo da Rondônia	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lazinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Léo Moraes	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- ausente
- Deputado Marcelino Tenório	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- ausente
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputada Rosângela Donadon	- ausente
- Deputado Saulo Moreira	- ausente
- Deputado Só Na Bença	- sim

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Com 17 votos favoráveis está aprovado. Vai ao Expediente.
Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1ª Secretário) - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 187/17 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 296. Dispõe sobre o vencimento dos servidores do Grupo I do Departamento Estadual de Estradas de Rodagens, Infraestrutura e Serviços Públicos - DER, conforme a Lei Complementar nº 529, de 10 de novembro de 2009, e dá outras providências.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei Complementar nº 187/17. Votação Nominal. O Painel já está aberto.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- ausente
- Deputado Aécio da TV	- sim
- Deputado Airton Gurgacz	- sim
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Anderson do Singeperon	- sim
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Ezequiel Júnior	- sim
- Deputado Geraldo da Rondônia	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- ausente
- Deputado Lazinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Léo Moraes	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- ausente

- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputada Rosângela Donadon	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- ausente
- Deputado Só Na Bença	- sim

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Com 17 votos favoráveis está aprovado. Vai ao Expediente.
Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1ª Secretário) – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 188/17 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 297. Fixa o valor do subsídio dos Procuradores no âmbito das Autarquias do Estado de Rondônia e dá outras providências.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Projeto de Lei Complementar nº 188/17. Votação Nominal. O Painel está aberto.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- sim
- Deputado Airton Gurgacz	- sim
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Anderson do Singeperon	- sim
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- ausente
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Ezequiel Júnior	- sim
- Deputado Geraldo da Rondônia	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- ausente
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- ausente
- Deputado Lazinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Léo Moraes	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- ausente
- Deputado Marcelino Tenório	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputada Rosângela Donadon	- ausente
- Deputado Saulo Moreira	- ausente
- Deputado Só Na Bença	- sim

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Com 15 votos favoráveis está aprovado. Vai ao Expediente.
Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1ª Secretário) – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 189/17 DA MESA DIRETORA. Altera acrescenta dispositivos da Lei Complementar 731, de 30 de setembro de 2013, que 'Reestrutura o Plano de Carreiras, Cargos e Remunerações e o Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia'.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em segunda discussão e votação Projeto de Lei Complementar nº 189/17. Vamos votar o último Projeto nominal, por enquanto. Em discussão. Em votação nominal. O painel já está aberto.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- sim
- Deputado Airton Gurgacz	- sim

- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Anderson do Singeperon	- sim
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Ezequiel Junior	- sim
- Deputado Geraldo da Rondônia	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lazinho da Fetagro	- ausente
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Léo Moraes	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- ausente
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputada Rosângela Donadon	- ausente
- Deputado Saulo Moreira	- ausente
- Deputado Só Na Bença	- sim

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Com 17 votos está aprovada a matéria. Vai ao expediente.
Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – TERMO DE COMPROMISSO DE RECEBIMENTO DE DIPLOMA (S) E MEDALHA (S). “Declaro que recebi nesta data a documentação equivalente a seguinte honraria:

Medalha do Mérito Legislativo: 1º Sargento BM José Ivanildo de Oliveira Nogueira - Decreto Legislativo nº 746, de 23 de outubro de 2017.

Estou ciente que devo providenciar a entrega ao home-nageado, em conformidade ao disposto no Regimento Interno desta Casa e Decreto Legislativo. A referida honraria será entregue no Município de Jaru, no dia 15 de dezembro de 2017. Porto Velho, 12 de dezembro de 2017. Surama Bastos dos Santos – Assessora do Deputado Airton Gurgacz”

A referida honra será feita no Município de Jaru/RO, pelo Deputado Airton Gurgacz, no dia 15 de dezembro de 2017. Para tanto, ele firma e assina o presente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – não há mais matérias. Está encerrada a Ordem do Dia.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Está suspensa a Sessão.

(Suspende-se esta Sessão às 13 horas e 07 minutos e reabre-se às 13 horas e 44 minutos)

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Está reaberta esta Sessão.

Solicito ao Senhor Secretario que proceda à leitura das matérias a serem apreciadas.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 854/2017 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 303. Altera dispositivos da Lei nº 3.350, de 24 de abril de 2014, que “Dispõe sobre o Programa de Apoio Financeiro – PROAFI destinado às unida-

des escolares urbanas e rurais da Rede Pública Estadual de Ensino e dá outras providências.”.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Projeto de Lei 854/2017, está sem parecer. Deputado Laerte Gomes, para emitir parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, trata-se de autoria do Poder Executivo/Mensagem 303, Projeto de Lei 854/2017, que “Altera dispositivos da Lei nº 3.350, de 24 de abril de 2014, que ‘Dispõe sobre o Programa de Apoio Financeiro – PROAFI destinado às unidades escolares urbanas e rurais da Rede Pública Estadual de Ensino e dá outras providências.’”.

Nosso parecer é pela constitucionalidade, legalidade, boa redação técnica da referida matéria. Somos de parecer favorável pelas Comissões pertinentes, senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão e votação o parecer do ilustre Deputado Laerte Gomes. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado o parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei 854/17. Em discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai à segunda discussão e votação.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 853/17 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 302. Altera dispositivos à Lei nº 3.696, de 22 de dezembro de 2015, que “Institui o Programa de Apoio Financeiro da Secretaria de Estado da Educação – PROAFI/CRE, destinado às unidades regionais de atuação intermediária e colegiada do Sistema Estadual de Ensino de Rondônia, e dá outras providências”, e dá outras providências.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Sem parecer o Projeto de Lei 853/17. Para emitir parecer pelas Comissões pertinentes, o ilustre Deputado Jesuíno Boabaid.

O SR. JESUÍNO BOABAID - Senhor Presidente, trata-se do Projeto de Lei 853/17 Mensagem 302 do Poder Executivo. “Altera dispositivos à Lei nº 3.696, de 22 de dezembro de 2015, que ‘Institui o Programa de Apoio Financeiro da Secretaria de Estado da Educação – PROAFI/CRE, destinado às unidades regionais de atuação intermediária e colegiada do Sistema Estadual de Ensino de Rondônia, e dá outras providências’, e dá outras providências.”

Somos de parecer favorável pelas Comissões pertinentes, senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Parecer favorável do ilustre Deputado Jesuíno, Projeto do PROAFI, dinheiro na escola direto, um projeto importante. Em discussão o parecer. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado o parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei 853/17. Em discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado. Vai à segunda discussão e votação.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE RESOLUÇÃO 121/17 DA MESA DIRETORA. Acrescenta dispositivo ao Regimento Interno.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – O Projeto de Resolução da Mesa Diretora está sem parecer. Deputado Jesuíno Boabaid para emitir parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Qual que é esse aí, Deputado?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Projeto de Resolução da Mesa Diretora da Casa.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Acrescenta dispositivo ao Regimento Interno, Projeto de Resolução 121/17 da Mesa Diretora. Sou de parecer favorável, senhor Presidente, pelas Comissões pertinentes.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o parecer. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado o parecer.

O SR. LÉO MORAES – Eu quero me manifestar, Deputado. Quero saber qual é a matéria que está votando, que eu quero que explique, por gentileza. Pode ser? Eu só quero saber isso.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão única o Projeto. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado com 01 voto contrário do ilustre Deputado Léo Moraes. Dois votos contrários. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 847/17 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 295. Acrescenta dispositivos à Lei nº 1.052, de 19 de fevereiro de 2002, que ‘Dispõe sobre a carreira de Tributação e Fiscalização do Estado, e dá outras providências,’ e dá outras providências.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em primeira discussão o Projeto de Lei 847/17. O Projeto de Lei 847 está sem parecer. Deputado Laerte Gomes para emitir parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, só ressaltar a presença aqui do Laerte Filho e da Ana Luisa, aquele caszinho, os meus filhos que estão presentes aqui, as crianças, meus amores.

Poder Executivo, Mensagem 295, Projeto de Lei 847/17, que “Acrescenta dispositivos à Lei nº 1.052, de 19 de fevereiro de 2002, que ‘Dispõe sobre a carreira de Tributação e Fiscalização do Estado, e dá outras providências,’” e dá outras providências. Senhor Presidente, esta matéria se encontra aqui na Casa.

Nós somos de parecer favorável pela constitucionalidade, legalidade e boa redação técnica da referida matéria. Senhor Presidente, somos de parecer favorável.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do ilustre Deputado Laerte Gomes.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Presidente, esse aí é dos técnicos tributários?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Esse é o da carreira dos técnicos tributários.

Em discussão o parecer. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado o parecer.

Em primeira discussão o Projeto de Lei 847/17. Em discussão. Para discutir o Ilustre Deputado Luizinho Goebel.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Presidente, na realidade o que nós temos mesmo que agradecer desta matéria ter vindo a esta Casa, e como foi dito ontem nesta tribuna, por muitas e muitas vezes o Sindicato, os representantes do Sindicato, da categoria tanto dos Técnicos Tributários quanto dos nossos Auditores Fiscais e por muitos e muitos anos se persistiu nessa batalha, nessa busca, nessa luta, chegando ao ponto, muitas vezes, de conflitar as categorias porque poderia se beneficiar um pouco mais uma e não beneficiar outra, sendo que as duas categorias estão no mesmo alinhamento de fomentar o aumento da economia do Estado de Rondônia. E hoje no momento importantíssimo e único, nós vemos essas duas importantes categorias para a economia do Estado de Rondônia, comemorando a aprovação desse Projeto. E esta Casa, nada mais, nada menos vai fazer justiça e temos a grande certeza que este é o incentivo que nós Deputados podemos dar através de uma Mensagem do Poder Executivo para que a nossa economia, para que a nossa receita aumente. E quando a gente fala de aumento de receita, automaticamente nós estamos assegurando uma melhor infraestrutura para os municípios, uma melhor saúde pública para a nossa população, uma educação de excelência e é este o nosso foco aqui hoje. Não é aumentar salário, mas é motivar, é dar condições para que de fato os nossos honrosos servidores dessas duas categorias, os Agentes e os Auditores para que de fato continuem desempenhando aquilo que eles já têm desempenhado no decorrer dos anos e com muita sabedoria e maestria. Obrigado, Presidente, e com certeza essa categoria tem o meu voto.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado, Deputado Luizinho. Com certeza esse Projeto vem fazer justiça a essa categoria que já reivindica algum tempo. Ainda em discussão.

Em votação o Projeto. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestam. Aprovado. Vai à segunda discussão e votação.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 852/17 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 301. Institui o Programa de Apoio Financeiro ao Esporte Escolar – PROAFESPE, destinado a subsidiar as escolas da rede pública estadual de ensino e conveniadas, cria o Centro de Treinamento de Desportos Escolar – CTDE – TIME RONDÔNIA, e dá outras providências.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Projeto de Lei que “Institui o Programa de Apoio Financeiro ao Esporte Escolar”, sem parecer. Solicito ao Deputado Adelino Follador para emitir parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Projeto de Lei 852/17 do Poder Executivo/Mensagem 301 que “Institui o Programa de Apoio Financeiro ao Esporte Escolar - PROAFESPE, destinado a sub-

siदार as escolas da rede pública estadual de ensino e conveniadas; cria o Centro de Treinamento de Desporto Escolar – CTDE -TIME RONDÔNIA, e dá outras providências”.

Somos de parecer favorável pelas Comissões pertinentes. O pessoal estava cobrando hoje esse Projeto, então é de suma importância, Sr. Presidente. Favorável pelas Comissões pertinentes.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do Ilustre Deputado Adelino Follador. Em votação o parecer. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado o parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto 852/17. Em discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestam. Aprovado. Vai à segunda discussão e votação.

Próxima matéria.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Presidente, como esse Projeto de Resolução 121/17 foi votado, é um Projeto de Votação Simbólica e eu estava aqui atrás, não estava no Plenário no momento eu quero aqui me manifestar que o meu voto é contrário a esse Projeto. Só quero que fique registrado que eu sou contra, eu voto contrário ao Projeto de Resolução 121/17.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Está registrado o voto do Ilustre Deputado Herminio Coelho.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 850/17 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 299. Dá nova redação e acrescenta dispositivos à Lei 1.053, de 22 de fevereiro de 2002, que “Cria o Corpo Voluntário de Militares do Estado da Reserva Remunerada e dispõe sobre a convocação dos inscritos para o serviço ativo em caráter transitório, na forma prevista no art. 9º do Decreto-A, de 09 de março de 1982.”

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Projeto de Lei 850/17 está sem parecer. Deputado Jesuíno Boabaid para emitir parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Senhor Presidente, trata-se do Projeto de Lei nº 850/17 do Poder Executivo, Mensagem 299: “Dá nova redação e acrescenta dispositivos à Lei nº 1.053, de 22 de fevereiro de 2002, que “Cria o Corpo Voluntário do Estado da Reserva Remunerada e dispõe sobre a convocação dos inscritos para o serviço ativo em caráter transitório, na forma prevista no artigo 9º do Decreto-A, de 9 de março de 1982.”.

Isso aqui nobre pares, é apenas uma questão que vários militares estão em plena atividade, mas como não existe na Lei que disciplina a questão do TAF, que é o teste de aptidão física, hoje apenas eles estão acrescentando o parágrafo 5º: “Será considerado apto e consequentemente aprovado no teste de aptidão física, o candidato que obtiver o índice mínimo na corrida de 12 minutos, de acordo com as seguintes distâncias: Masculino – 1.200 metros e Feminino 1.000 metros”. Então é somente isso, acrescentando, disciplinando a questão do TAF, que é o teste de aptidão física, somente isso. E para atuarem

também nas unidades do Colégio Tiradentes da Polícia Militar e atuar nas funções de atividades de meio nas Corporações. Então, esses militares não vão fazer o serviço fim da Polícia Militar, apenas atividade de meio.

Somos de parecer favorável pelas Comissões pertinentes.

O SR. LAERTE GOMES – Só uma Questão de Ordem aí, Senhor Presidente, antes de votar. O Deputado Jesuíno ontem solicitou um pedido de vista no Projeto de Lei, no Projeto de Lei nº 843/17, a Mensagem 290 que: “Institui o Programa de Recuperação de Reparação de Créditos, Fazenda Pública Estadual – REFAZ”. Como esse projeto, nós só temos hoje para votar, porque foi convalidado no CONFAZ, eu gostaria de solicitar ao nobre Deputado Jesuíno, que retirasse o pedido de vista e depois vai haver um entendimento de mandar outra matéria para beneficiar também tanto a questão do IDARON como a questão da SEDAM.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Eu já entendi. Sim, tranquilo, pode. Eu retiro.

O SR. LAERTE GOMES – Obrigado, obrigado.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Deputado Jesuíno, só tirar uma dúvida. Esse aqui, ele coloca os da reserva, Reserva Remunerada. Esse aqui é o mesmo que dispõe para pagamento de diárias? É outro. Em discussão o parecer favorável do ilustre Deputado Jesuíno Boabaid. Em votação o parecer. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado o parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei nº 850/17. Em discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai à segunda discussão e votação.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 843/17 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 290. Institui o Programa de Recuperação de Reparação de Créditos da Fazenda Pública – REFAZ – VI.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Esse projeto já tem parecer. Não foi votado o parecer do Deputado Laerte Gomes. Em discussão o parecer do ilustre Deputado Laerte Gomes. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado o parecer.

Em primeira discussão e votação Projeto de Lei nº 843/17. Em discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado. Vai à segunda discussão e votação.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 839/17 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 288. Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 3.270, de 5 de dezembro de 2013, que “Institui o Regime de Previdência Complementar para os servidores públicos titulares de cargo efetivo, inclusive os membros dos órgãos que menciona e os militares do Estado de Rondônia e dá outras providências”.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – O Projeto de Lei 839/17 está sem parecer. Deputado Laerte Gomes, para emitir o parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, trata-se de matéria do Poder Executivo, Mensagem 288, Projeto de Lei nº 839/17 que “Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 3.270, de 5 de dezembro de 2013, que ‘Institui o Regime de Previdência Complementar para os servidores públicos titulares de cargo efetivo, inclusive os membros dos órgãos que menciona e os militares do Estado de Rondônia e dá outras providências’”.

Senhor Presidente, esse projeto chega a esta Casa, da Previdência Complementar que só vai ter, só vão poder estar nela os servidores que a partir do momento que ela for sancionada e publicada, aí vão participar, os servidores atuais não são atingidos em nada desta Reforma Complementar e esses servidores que vieram, entraram no concurso público do Estado a partir do momento que for publicada essa Reforma com essa Previdência Complementar, vão ter a opção de entrar ou não, de aderir ou não. O projeto é importante, vários Estados estão fazendo.

Então, pela legalidade, constitucionalidade, nós somos de parecer favorável, senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o parecer.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Senhor Presidente, eu vou pedir vista do processo, é vista. Eu peço que seja deferido porque o Projeto de Lei, a Lei nº 3.270 foi instituída no ano de 2013. Foi colocado os militares também nesta questão da Previdência Complementar. O fato é que nós temos uma situação diferenciada, tratada na Constituição Federal, na Constituição Estadual. Os militares, não iguais aos servidores públicos civis. Motivo pelo qual, eu peço vista e aí eu vou debater em série de Audiências Públicas essa situação.

Então, eu peço que seja deferida a vista por conta dessa questão da paridade, da integralidade, e outros assuntos inerentes à classe dos policiais e bombeiros militares do Estado de Rondônia.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Concedido o pedido de vista ao ilustre Deputado Jesuíno Boabaid.
Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 800/17 DO DEPUTADO LÉO MORAES. Dispõe sobre sons e ruídos, fixa níveis e horários em que será permitida sua emissão, e dá outras providências.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Para emitir parecer pela Comissão de Meio Ambiente, Deputado Luizinho Goebel.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Senhor Presidente, demais pares, temos aqui Projeto de autoria do Deputado Léo Moraes, que é o Projeto de Lei 800/17, que “Dispõe sobre sons e ruídos, fixa níveis de horários em que será permitida sua emissão, e dá outras providências.”

Portanto, Presidente, nesse Projeto nós encaminhamos ao Deputado Léo Moraes, uma Comitiva da cidade de Vilhena, onde essa Comitiva saiu fruto de uma Audiência Pública que realizamos na Câmara de Vereadores, e depois essa discussão se ampliou aqui em Porto Velho, através do gabinete do Deputado Léo Moraes, e hoje temos aqui a proposta desse Projeto de Lei.

Portanto, pelas Comissões Pertinentes, somos de parecer favorável a aprovação deste importante Projeto, Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do ilustre do Deputado Luizinho Goebel. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado o parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei 800/17, sem emenda.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Presidente, essa situação é do Deputado Léo Moraes, não é?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Para discutir o Projeto, Deputado Léo Moraes.

O SR. LÉO MORAES – Senhor Presidente, esse é o Projeto que a gente está disciplinando a questão da utilização de aparelho de som, apresentação de shows e principalmente a questão de apreensão desses equipamentos. Pela lacuna, pela brecha na legislação estadual, atualmente as autoridades do Estado utilizam um Decreto do Governo Federal e uma Lei Federal. Porém, são penas severas, a ponto de levar quem foi autuado para ficar preso por algum tempo. As multas variam, mas elas partem de um valor também astronômico, incompatível com a nossa realidade. Não somente estabelecimentos comerciais como bares, restaurantes, boates, mas também denominações eclesiais como igrejas, templos que também já tiveram essa autuação e foram proibidos de continuar prosperar a palavra de Deus, por exemplo.

Nós tivemos várias Audiências Públicas, o Deputado Jesuíno estava desde início participando, levamos essa demanda ao Ministério Público e encontramos esse denominador comum. Nós queremos manter sim o sossego das pessoas e ao mesmo tempo incrementar, aquecer o acesso ao trabalho, pessoas estão sendo desempregadas, perdendo os seus empregos. Dou o exemplo do estabelecimento da região central da Pinheiro Machado, que tinha quarenta funcionários, e hoje tem oito, porque não conseguem funcionar.

Conversamos com o Coronel Viana, Comandante da Polícia Ambiental, para que tivéssemos um bom termo de coerência e responsabilidade e depois de muito diálogo, depois de muito debate, nós avançamos para que essa Lei fosse aprovada com a participação de todos. Audiências Públicas aqui, nós fizemos pelo menos umas cinco para dizer dez Audiências.

Então nós amadurecemos durante todo esse ano esse Projeto, e a gente espera muito que ele seja colocado em prática, comerciantes, empresários, igrejas, vereadores do interior nos cobram semanalmente a aprovação desse Projeto, senhor Presidente.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Deputado Léo Moraes, só uma situação. Essa questão dos ruídos dos sons, não atinge só a via principal, que em casas de show que estiverem na lateral, exemplo, que não estejam nas vias secundárias, serão contempladas também?

O SR. LÉO MORAES – Ele não é disciplinado nessa matéria. A gente está falando de autuação do procedimento de medição, porque o resto passa pelos municípios que devem legislar, e aí não é atuação nossa.

O SR. JESUÍNO BOABAID – É aquela situação que...

O SR. LÉO MORAES – Isso, que a gente discutiu.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Parabéns ao Deputado Léo Moraes também.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Deputado Léo Moraes, quero parabenizar. Inclusive teve um caso lá em Guajará-Mirim, que a Promotora foi morar no fundo de um local que já tinha muito tempo, dois anos que tinha uma funcionando. Agora o Deputado Dr. Neidson, conhece lá em Guajará. A Promotora foi lá e só porque ela mudou lá, ela quer que o boteco, que o som parasse, e o som já estava há muitos anos lá e a Promotora foi lá morar e quer tirar o cara.

Então, com certeza essa Lei vem regulamentar e facilitar, por que muitas vezes o Promotor usa a lei por que existe a lei. Mas nós temos que adaptar para não ter essas injustiças, as pessoas que muitas vezes estão trabalhando, principalmente os que fazem música ao vivo nos bares há muito anos, emprego muita gente, com certeza vem regulamentar. Muito importante essa lei.

O SR. LÉO MORAES – Eu quero deixar registrado que até algumas alterações foram muito importantes, Deputado Jesuíno. Hoje, a partir dessa lei o depositário fiel dos equipamentos será o próprio proprietário. Não será deixado na delegacia por que existem muitas queixas de perda desses materiais, além da multa altíssima. O procedimento da fiscalização também está regulamentado, falava que estava a quinze metros e na verdade estava a cinco, colocando o decibelímetro ao lado do aparelho. Se eu estou aqui falando nesse tom de voz, certamente eu já infringia a regra da regulamentação federal.

Então a gente conseguiu colocar tudo isso dentro do bojo desse projeto, porque a questão dos decibéis é regulamentada pelas normas da ABNT, a Associação Brasileira de Normas Técnicas, não é lei, mas acaba que todo o Brasil é conduzido por essa lei, tamanha a capacidade técnica desses profissionais.

Então a gente está falando de regulamentação de outras atividades correlatas às atividades comerciais. É isso, senhor Presidente.

O SR. DR. NEIDSON – Ainda em discussão, Sr. Presidente? Quero parabenizar o Deputado Léo Moraes que essa situação está em todo o nosso Estado de Rondônia. Nós vemos lá no Município de Guajará-Mirim vários restaurantes, bares foram fechados e pais de famílias que realizam som ao vivo, trabalham com a música, eram apreendidos seus equipamentos. E já vi pai de família dizer chorando lá na minha casa, dizendo que não tinha como comprar um pão para o filho porque apreenderam seus equipamentos fazendo o seu trabalho, tentando dar diversão para a nossa população. Então é uma situação que se agravou em todo o nosso Estado.

E eu acredito que com essa lei nós estaremos ajudando também todo o nosso Estado de Rondônia e esses pais de família vivem da música e têm o seu trabalho empenhado na música. Parabéns.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em votação o projeto. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado o Projeto de Lei 800/17. Vai à segunda discussão e votação.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 851/17 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 300. Institui a Diária Es-

pecial de Reforço Serviço Operacional - DERSO, no âmbito das Corporações Militares do Estado de Rondônia.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Projeto de Lei 851/17 está sem parecer, como se trata de Polícia Militar, Deputado Jesuíno Boabaid para emitir parecer pelas Comissões pertinentes.

Vamos alterar a pauta aqui. Solicito ao senhor Secretário que faça a leitura da próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 780/17 DO DEPUTADO ANDERSON DO SINGEPERON. Dispõe sobre a regulamentação das condições de repouso dos profissionais de enfermagem nas instituições de saúde públicas e privadas do Estado de Rondônia.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Projeto de Lei 780/17 está sem parecer. Deputado Adelino Follador para emitir parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Projeto de Lei 780/17 de autoria do Deputado Anderson do Singeperon, que "Dispõe sobre a regulamentação das condições de repouso dos profissionais de enfermagem nas instituições de saúde públicas e privadas do Estado de Rondônia.

Somos de parecer favorável, senhor Presidente, pelas Comissões pertinentes.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do ilustre deputado Adelino Follador. Em votação o parecer.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON – Senhor Presidente, em discussão? Esse projeto de lei visa regulamentar uma questão que hoje não existe nos hospitais privados. Eu que venho de representação trabalhista, um trabalhador aí, dentro dos hospitais privados não tem local de descanso. Essa lei vai obrigar os hospitais privados a adequarem um local para esses profissionais. Está aqui o Deputado Dr. Neidson que é médico, é da área de saúde, nos hospitais públicos já existe, não existe nos privados nada que obrigue as empresas dentro desses hospitais regulamentar um local de descanso para esses trabalhadores. É mais do que direito deles isso daí, é um pedido também da classe deles e a gente apresentou o projeto a esta Casa.

O SR. DR. NEIDSON – Só complementando, nos hospitais públicos já existem os locais de repouso, mas não são adequados também. Nós temos que buscar adequações nesses repousos dos profissionais que também está previsto em lei o descanso dos profissionais da área da saúde.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON – Com certeza, Deputado Dr. Neidson. No sistema prisional também existem os locais de repouso, de descanso, só também não são adequados. Eu estou até destinando emendas para a SEJUS, emenda individual minha para fazer essa adequação com bebedouro, com armário, com local adequado para os servidores. Então a gente ajudando também com as nossas emendas, a gente consegue adequar de uma forma humana para esses profissionais tão importantes da nossa população.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em votação o parecer favorável do Ilustre Deputado Adelino Follador. Os Deputa-

dos favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado o parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei 780/2017. Em discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado. Vai à segunda discussão e votação.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 182/2017 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 249. Dispõe sobre a organização e estrutura do Poder Executivo do Estado de Rondônia, e dá outras providências.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Projeto de Lei Complementar 182/2017, para emitir parecer o Ilustre Deputado Laerte Gomes, pelas Comissões pertinentes.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, trata-se de matéria de autoria do Poder Executivo, Mensagem 249, Projeto de Lei Complementar 182/17, que 'Dispõe sobre a organização e estrutura do Poder Executivo do Estado de Rondônia, e dá outras providências'.

Esse projeto, Sr. Presidente, tem umas emendas de alguns parlamentares, colocaram algumas correções de texto, outras a maioria são...

O SR. HERMÍNIO COELHO – Questão de Ordem, Líder. Essa é a reforma?

O SR. LAERTE GOMES - É a reforma. Senhor Presidente, a matéria tem emendas, emendas do Deputado Jesuino Boabaid, emendas do Deputado Léo Moraes e emendas do Deputado Anderson do Singeperon.

Então nosso parecer, Sr. Presidente, pela constitucionalidade e legalidade somos de parecer favorável à referida matéria, acatando as emendas dos referidos parlamentares que nós aqui citamos.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do Ilustre Deputado Laerte Gomes, com emendas. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado o parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei Complementar. Em discussão o projeto.

O SR. LÉO MORAES – Discussão do projeto da reforma administrativa. Até o Deputado Anderson se quiser se posicionar para me ajudar na defesa. Nós temos duas emendas aqui que foram inseridas no projeto, se puder, Deputado, ter acesso ao projeto para a gente rapidamente elencar.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Deputado Léo Moraes, já foi votado o parecer?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Já foi votado o parecer com emenda, já aprovado, nós estamos discutindo agora o projeto.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Já está discutindo o projeto.

O SR. LÉO MORAES – Senhor Presidente, projeto da reforma administrativa tem uma emenda do Deputado Jesuino Boabaid que 'dispõe sobre a estrutura organizacional e funcionamento da administração pública, incorpora órgãos do Poder Executivo

e dá outras providências'; tem uma emenda nossa, de minha autoria na qual o Deputado Anderson do Singeperon também assina, que a gente estabelece o prazo de 90 dias a partir da criação da Fundação para o Plano de Cargos dos Socioeducadores da nossa instituição e do nosso Estado. E tenho outra emenda também, nossa com o Deputado Anderson do Singeperon, que diz o seguinte, 'Os cargos...'; já é uma discussão que nós fazemos a dois anos nesta Casa, foi aprovado, vetado pelo Executivo, voltou ontem, novamente vetado, mas nós inserimos aqui no bojo da reforma administrativa: "Os cargos de Diretores de Unidades Prisionais e Gerentes Regionais do Sistema Penitenciário, atendidas as disposições da Lei de Execução Penal serão exclusivamente ocupados por Agentes Penitenciários de carreira estável, escolhido e nomeado pelo Governador do Estado", para acabar com o pistolão, para acabar com a indicação de quem é de fora e não conhece a realidade do sistema prisional.

Além disso, quanto à Fundação Estadual de Atendimento Socioeducativo: "Os atuais cargos de Socioeducador ocupados e vagos ou os que vierem a vagar, passam a denominar-se Agente de Segurança Socioeducativo, integrando a carreira com a respectiva denominação".

Parágrafo 2º do artigo 161 – "A mudança na denominação da carreira e dos cargos a que se refere o parágrafo anterior não representa para qualquer efeito legal, inclusive para efeito de aposentadoria, descontinuidade em relação à carreira, ao cargo e às atribuições atuais desenvolvidas pelos seus ocupantes. E não modifica proventos ou pensões concedidas sob a denominação anterior, ficando assegurados todos os direitos e vantagens existentes".

Parágrafo 3º - "Os cargos de Diretores de Unidades Socioeducativas serão exclusivamente ocupados por Socioeducadores de carreira estável".

Este projeto, senhor Presidente, quero deixar registrado que ele não é tão somente uma Emenda inserida na reforma administrativa, mas ele faz parte de um compromisso político que a Casa Civil junto com o nosso Líder assumiu esta parte da SEJUS e que ela deve ser rigorosamente, religiosamente cumprida a partir da aprovação e criação e também da SEJUS.

Fica aqui a nossa esperança, expectativa de que realmente o Estado fará a sua parte em relação aos servidores do Sistema Prisional e aos nossos guerreiros socioeducadores. Muito obrigado.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Ainda em discussão o Projeto. Encerrada a discussão. Em votação.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Para discutir, Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – O senhor quer discutir, Deputado Hermínio?

O SR. HERMÍNIO COELHO – Quero.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Com a palavra o Deputado Hermínio.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Eu só quero dizer o seguinte, essas reformas, para falar a verdade, as reformas que eu defendo, para mim as reformas que posso defender é reforma que tira privilégios e melhora para quem ganha pouco. Esta reforma aí para falar a verdade ela é uma reforma muito pouca. Eu não sei nem se ela reforma alguma coisa. Ela não

tira privilégios de ninguém, ela não ajuda os professores, não ajuda a Polícia Civil, não ajuda a Polícia Militar, não ajuda o motorista da ambulância, não tem uma política, enfim, é uma reforma. É lógico que a Emenda do Deputado Léo e do Deputado Anderson melhora, principalmente no segmento lá da SEJUS.

Eu queria ver o Estado fazer uma reforma, realmente uma reforma que fosse boa para o povo, que tirasse os privilégios, que reduzisse e melhorasse para quem ganha tão pouco. Infelizmente este tipo de reforma não melhora para o trabalhador, e não corta nenhum tipo de privilégios. Por isso que eu não sou, eu sempre voto contra este tipo de reforma que não beneficia a maioria da população, muito menos a maioria dos servidores do Estado.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON – Justamente por isso, Deputado Hermínio, nós fizemos as Emendas. As Emendas eram bem mais amplas, nós sentamos com a Casa Civil, sentamos com o líder do Governo. E a nossa vontade era acabar com mais privilégios, principalmente onde lida com vidas, onde as vidas, a gente tem que agir com responsabilidade. Mas para isso acontecer quem tem que cuidar deste Sistema Socioeducativo Prisional são pessoas que conhecem. Como eu falei hoje nas Breves Comunicações, alguns fatos de rebelião, fugas, motins, atuação do crime organizado dentro do Sistema Prisional na maioria das vezes poderiam ser impedidas. Mas quem não conhece não sabe decidir, principalmente, na Segurança Pública.

É por isso que não tem ninguém de fora dentro da Polícia Militar, é por isso que não tem ninguém de fora dentro da Polícia Civil, não tem dentro da POLITEC, porque são órgãos técnicos que quem tem que decidir é quem conhece.

Então uma reforma, essa reforma é uma reforma, vamos dizer que pela metade. Porque ela deveria olhar melhor pelo Sistema Prisional, pelo Sistema Socioeducativo, de fato, fechando as portas, para a gente conseguir ali desenvolver o trabalho que é exigido pela Lei de Execução Penal, pela Lei, pelo ECA. Isso não está acontecendo.

Então nós cedemos aqui por conta de ter um compromisso de não haver Vetos nas nossas Emendas. O Deputado Léo se propôs e assinou junto com a gente. E era uma vontade da categoria, líder do Governo Deputado Laerte, há muitos anos o Sistema Prisional ser cuidado pelo servidor de carreira. O Diretor de Unidade não vir de outras categorias. É uma política do Governador Confúcio que todos os Diretores de Presídios hoje sejam servidores de carreira, só que amanhã muda o Governo e mudam as políticas públicas. E nós estamos aqui com estas Emendas amarrando isso, para que a gente mantenha os servidores de carreira administrando o Sistema Prisional, é isto que a gente trouxe para dentro da reforma, para contribuir para que nesta reforma possa de fato trazer resultados. Claro, tem muita coisa que deveria ser discutido, tem muita coisa que deveria ser colocado aqui, mas resolvemos ceder para a gente poder avançar e conseguir mais à frente avançar um pouco mais.

Então, foi por isso que houve esse recuo em relação às emendas, mas as nossas emendas estão aqui, com o compromisso do líder do Governo, da Casa Civil de não haver o Veto.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Deputado Anderson, só dizer ao senhor, Deputado Anderson. Inclusive essa reforma, a original que veio para cá, inclusive piorava a área da SEJUS. Graças à intervenção sua, do Deputado Léo e de outros Deputados aí, os senhores estão conseguindo através dessas emendas, que para falar a verdade, eu não confio, que em fevereiro não

chegue o Veto das emendas dos senhores. Porque para falar verdade, isso teria que ter vindo do Executivo, as emendas depois eles podem alegar que é de iniciativa do Executivo como realmente é.

Por isso, eu não confio, e essa reforma aí não trás benefício para a maioria dos trabalhadores do Estado e nem para a população, infelizmente é meia boca que eu não sei a quem interessar. Eu não vejo nada aí de bom, não tem nada de bom nessa reforma que diga que vai melhorar o salário dos agentes penitenciários, que vai melhorar o salário do enfermeiro, do técnico de enfermagem, do professor, enfim.

Por isso que eu sou contrário, vou lógico votar contrário a essa reforma meia boca, que para falar a verdade não reforma nada.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Não havendo mais quem queira discutir...

O SR. JESUÍNO BOABAI - Presidente, sobre a reforma mesmo. Esse debate, a questão que ocorreu dos agentes, dos socioeducadores, o Deputado Hermínio, sempre também apoiando. Nós estamos assistindo uma reforma que é de competência do próprio Executivo em fazer essas devidas alterações. Mas a gente tem exemplos, e aí não conseguimos avançar, que o Secretário fosse, no mínimo, da SEJUS, uma pessoa de carreira, Deputado Hermínio, da própria classe.

A gente tentou avançar aqui, mas é cargo de nomeação, mas a gente poderia, Deputado Anderson, criar um dispositivo pelo menos mantivesse uma lista triplíce, mas que fosse sabatinado na Assembleia Legislativa. Mas eu defendo de forma árdua que para presidir, ou seja, para ser um Secretário dessa pasta deve ser no mínimo de carreira, deva ser no mínimo da pasta.

A reforma tem várias alterações, está sendo aprovada com emenda, não é isso? O Governo pode vetar, mas certamente nós iremos derrubar o Veto e a matéria será consolidada. Porque não nos trás despesas e hoje os agentes, quanto hoje vocês têm aqui, eu falo com muita propriedade, um defensor assíduo, que é o Deputado Anderson, tanto os agentes como os socioeducadores. É importante a gente sempre prestigiar a representatividade política.

Então, quanto a essa questão do Secretário, Deputado Hermínio, a gente avançou alguns pontos, até falei com o Deputado Anderson, os coordenadores ficou, não é isso Deputado? Mas o certo, hoje, nesta data, seria o Governo, mostrando que queria fazer uma reforma mesmo, é tirar o Secretário, todos os Secretários, ainda mais esses secretários que querem vir fazer política para concorrer em campanha no ano de 2018. Tem que afastar ele, e ele começa a buscar os seus apoios políticos, não fazer como estão fazendo alguns aí, ir às bases, fazer boicotes, falar mal, falar que não está trabalhando. Então, eu acho que esta Casa poderia ter uma postura, também, viu Deputado Hermínio, e a gente começar. Deputado, o Governador tem essa autonomia de afastar esses pré-candidatos e eles iniciarem a sua trajetória política.

É assim como eu voto, voto favorável, mas com emenda.

O SR. HERMÍNIO COELHO - Presidente, só mais uma Questão de Ordem. Por exemplo, o Governo apresenta um projeto de reforma administrativa e logo em seguida, daqui a pouco vai ser votado um projeto do Governo aí, criando dezenas de cargos comissionados na CAERD, que não paga nem os salários dos trabalhadores. É como eu falei, que seriedade a gente

pode dar para um Governo desses? Como é que se faz uma reforma, dizendo que está reformando o Estado e logo em seguida vem um projeto criando cargos na CAERD. Não é serio, Deputado Ribamar, é muito sem lógica. Por isso que eu voto contra essa reforma que para falar a verdade não reforma nada.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Uma Questão de Ordem, Presidente, só um minutinho.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Vou colocar em votação. Encerrada a discussão. Em votação o Projeto. Votação nominal.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Senhor Presidente, tem uma Questão de Ordem aqui do Deputado Luizinho. A reforma revoga os cargos que estavam vigorando ou acrescenta ou aumenta? Eu fiquei sabendo que não, eles vão reestruturar, eles vão redistribuir no mesmo cargo.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Votação nominal o painel já está aberto.

Parabéns, Deputado Hermínio, e todos, apesar de que a reforma é de competência do Poder Executivo, mas que o Poder Legislativo também discutiu muito bem, apresentou as emendas necessárias para melhorar o projeto.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- ausente
- Deputado Aécio da TV	- sim
- Deputado Airton Gurgacz	- sim
- Deputado Alex Redano	- ausente
- Deputado Anderson do Singeperon	- sim
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Ezequiel Junior	- sim
- Deputado Geraldo da Rondônia	- sim
- Deputado Hermínio Coelho	- não
- Deputado Jean Oliveira	- sim
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lazinho da Fetagro	- ausente
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Léo Moraes	- ausente
- Deputado Luizinho Goebel	- ausente
- Deputado Marcelino Tenório	- sim
- Deputado Maurão de Carvalho	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputada Rosângela Donadon	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- sim
- Deputado Só Na Bença	- sim

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Com 18 votos favoráveis, está aprovado. Vai à segunda discussão e votação. Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 851/17 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 300. Institui a Diária Especial de Reforço do Serviço Operacional – DERSO no âmbito das Corporações Militares do Estado de Rondônia.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Projeto de Lei 851/17, falta parecer.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Senhor Presidente, registrar o meu voto na votação da reforma. Senhor Presidente...

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Pois não.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Registrar o meu voto na reforma administrativa.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – O projeto anterior, quero que fique registrado o voto contrário do Deputado.

O SR. HERMÍNIO COELHO – O voto do Deputado Lazinho é favorável. O Deputado Lazinho é vice-líder do governo, é base

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Eu sou base do governo.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – O senhor vota contrário, Deputado Lazinho?

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Por favor...

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – O Deputado Lazinho está pedindo só para ficar registrado o voto dele também favorável a reforma administrativa, voto também do Deputado Alex Redano que fica registrado em ata; do Deputado Hermínio já havia anotado.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Eu não mudo não. O meu voto foi registrado no painel 'contrário'.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Do Deputado Hermínio fica registrado o voto contrário.

O SR. HERMÍNIO COELHO – O voto já foi... Eu votei, ficou registrado no painel.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Então está. Muito obrigado.

Projeto de Lei 851/17, sem parecer. Deputado Jesuíno Boabaid para emitir parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Senhor Presidente, o Projeto já retiraram as emendas, o Deputado Léo e Deputado Anderson. Até agradeço pela retirada de emenda desse dispositivo dessa lei. Trata-se do Projeto de Lei 851/17 do Poder Executivo, Mensagem 300, que "Institui a Diária Especial de Reforço do Serviço Operacional – DERSO no âmbito das Corporações Militares do Estado de Rondônia".

Essa questão nada mais é que os militares trabalham de forma exaustiva, exemplo, em escalas Operação Visibilidade, Papai Noel e outras escalas, Futebol, sejam nessas outras escalas que não seja extraordinária. E hoje o governo apenas está criando essa diária especial para reforçar o policiamento operacional, seja oficial, seja praça, vai ter que estar no PO ou na atividade fim que é de radiopatrulha.

Diante dessa matéria, que foi tratada inclusive com percentual, que acredito razoável tanto para oficial como para praça, somos de parecer favorável pelas Comissões pertinentes.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Deputado Jesuíno, eu tenho uma observação sobre esse projeto. Esse projeto é muito importante. Hoje, pelo déficit que nós estamos de poli-

ciais, às vezes, lá no município tem lá naqueles distritos onde os prefeitos mesmo e a comunidade cobra a presença do policial. Eu fui procurado por alguns Prefeitos, Deputado Jesuíno, que eles estão dispostos até a pagar diária, se for o caso. Aí eu não sei se é constitucional ou não, que o Estado vai pagar diária, mas também que o município, não sei se dá essa faculdade para o município ou para o Estado, se puder ficar nesse projeto que o Estado ou o município, quando se trata também de interesse do município, pagar diária para o policial, eu gostaria de deixar essa observação.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Eu só queria... Já votaram o parecer do Deputado Jesuíno?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Vota o parecer, Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Eu quero só discutir o projeto, só tirar uma dúvida.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do ilustre Deputado Jesuíno Boabaid. Em votação o parecer. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado o parecer, sem emenda.

Em primeira discussão o Projeto de Lei 851/17. Em discussão.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Eu tenho algumas dúvidas sobre esse projeto. Tenho porque, por exemplo, aí nós estamos obrigando os Comandantes, o Estado, na hora que quiser, precisar do trabalhador, dos policiais trabalharem, sendo obrigados a trabalhar nas folgas. É isso que está aí no...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não, ele não é obrigado.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Ele é obrigado sim. Ele é obrigado. Se ele não cumprir, ele pode ser penalizado como sempre é. Eu conheço policiais aqui, policiais bons aqui de Rondônia, só porque matou um vagabundo perdeu a farda e foi processado, foi expulso pelo Governo do Estado. Por isso, o governo, esse projeto de lei aí, eu não sei...

Deputado Jesuíno, era muito importante que esse projeto tivesse passado pelas Associações, pelas entidades representativas da tropa, para a gente dar o voto aqui mais... Para ver se é bom para a tropa ou não é.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Presidente, a maior entidade é a qual represento, que é a ASSFAPOM. Não estou desmerecendo nenhuma entidade aqui. E eu, que o senhor sabe a nossa luta, o senhor participou como Presidente desta Casa, jamais iria aprovar um projeto que fosse contrário.

Esse projeto, nós estamos hoje dando uma dignidade para os policiais e bombeiros militares que trabalham de forma gratuita, em escalas que o Comando vai ter que colocar porque não existem recursos humanos suficiente. O que os militares estão hoje tendo a obtenção? Apenas de colocarem, se o Comando quer fazer operação que é solicitado pelo Deputado ou qualquer Prefeito no seu município para questão de resguardar o direito dos cidadãos que estão em uma festa de Papai Noel. Vai ter que ter o policiamento. Vão tirar da onde? Da folga do militar e o militar terá agora um ganho para isso, vai perceber um valor. Então, por isso...

O SR. HERMÍNIO COELHO – Antes não recebia, então?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não recebe nada. Os militares trabalham mais de 246 horas.

O SR. HERMÍNIO COELHO – E não recebia nada.

O SR. JESUÍNO BOABAID – E não vai receber porque o nosso Estatuto é severo; nós temos um Código Penal Militar severo; nós temos uma legislação castrense severa.

Então, o que nós estamos fazendo aqui é justiça. Aqui vários trabalhadores se encontram nesta Casa, Auditores, Técnicos Tributários, Engenheiros, e o que eu falo com propriedade, que por diversas noites, por diversas vezes eu trabalhei de forma gratuita para o Estado nem, nem obrigado eu tive. Hoje, a gente está tendo a obtenção de receber o valor para isso. Nem relógio trabalha de graça, nenhum servidor trabalha de graça.

Então, o que a gente está fazendo aqui, criar essa medida, é isso. E colocar essa discussão de Associação, Presidente, essas Associações, que a maioria só sabe causar tumulto, só falam coisas sem nexos, não conhecem da Legislação e quer causar imbróglia. Eu falo, eu falo hoje, representando a maior entidade e com, não é só referência em nível estadual, em nível nacional, a ASSFAPOM hoje tem Diretores que são responsáveis, tem o Presidente que sou eu que estou aqui hoje como Parlamentar.

Então Deputado Hermínio eu peço o seu voto de confiança, que jamais a gente ia pautar aqui um Projeto para prejudicar a classe.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Deputado Jesuíno, eu não falei, eu só falei que eu queria tirar uma dúvida, eu não falei que ia votar contra e nem vou votar contra. Eu falei que... Porque eu tenho duas preocupações, além dessa questão de obrigar, porque eu sou contra essa questão de a gente ser obrigado. Ninguém, na folga, o trabalhador tem que ter o direito de folga um dia, se ele quiser. Ele só trabalha se ele quiser, ele não pode ser obrigado. Infelizmente, na tropa é assim, eu não sabia que era assim.

Outra preocupação que eu tenho, é com isso, dificultar mais ainda as chamadas dos remanescentes. Eles colocarem os trabalhadores para trabalhar que nem escravos, os que estão na tropa hoje e dificultar chamar os aprovados que a gente tem expectativa...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não vai acontecer. Os remanescentes...

O SR. HERMÍNIO COELHO – Mas isso é uma dúvida, Deputado Jesuíno, isso é uma dúvida que eu tenho, é preocupação que eu tenho. Eu não estou aqui dizendo que isso eu vou votar contra.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Eu vou lhe falar só um exemplo. A Associação com 30 anos, 30 anos de existência tem 200 associados ou menos. Hoje a ASSFAPOM tem mais de 12 mil associados. Por que é que ela tem 12 mil associados? Porque ela é referência. Quase 50% da tropa estão dentro da Associação, agregando Oficiais que não têm direito a voto, Policiais Cívicos e outras categorias.

Eu quero dizer para Vossa Excelência que os remanescentes já é um acordo do Governo. Temos dados que o Comando e o Governo Confúcio Moura não podem delegar o efetivo a menor que recebeu. Eu tenho dados, inclusive, eu posso

passar a Vossa Excelência que já temos mais de mil policiais a menor do que foi recebido.

Então, o próprio Secretário de Segurança já fez o compromisso junto com o Governo de chamar todos os remanescentes, seja da Polícia Militar, seja do Bombeiro, inclusive das outras Forças de Segurança.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Este ano, este ano eu também ouvi o Governo garantindo que iria chamar 600 este ano, ele chamou 300. Eu não quero dizer que o que o Governo fala, eu não acredito em tudo que o Governo fala.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Parabéns, Deputado Jesuino pelo parecer favorável, Projeto muito importante para Segurança Pública do Estado de Rondônia.

Em votação o Projeto de Lei 851/17. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado. Vai à segunda discussão e votação.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 799/17 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 243. Autoriza a Companhia de Águas e Esgoto de Rondônia – CAERD proceder à contratação de pessoal por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do Ilustre Deputado Adelino Follador. Em discussão e votação o parecer. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado o parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei 799/17. Em discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Presidente, espera aí, espera aí, qual é esse Projeto aí? Presidente, a gente vai só registrar. Não, espera aí, qual é o Projeto, qual foi o Projeto que passou aí? Vamos fazer a coisa tranquila.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Autoriza...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Vamos fazer o negócio certo, volta. Não! Vamos fazer a coisa tranquila.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Foi normal o trâmite aqui.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Por gentileza, vai.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Tem que prestar atenção na Sessão, gente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em primeira discussão e votação Projeto de Lei 799/17. Em discussão o Projeto. Aliás, já passou a discussão, em votação. Os Deputados favoráveis...

O SR. LÉO MORAES – Não, não! Em discussão.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestam.

O SR. LÉO MORAES – Não! Em discussão.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Vamos contar os votos. Vamos contar, vamos contar os votos.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Presidente, eu tenho emenda aí, como que não vai discutir? Eu tenho emenda...

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – O projeto já passou.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Presidente, isso é sacanagem Presidente, isso é sacanagem Presidente, isso não pode cara.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Deputado Hermínio, nós estamos numa votação normal.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Meu líder, aí é brincadeira.

O SR. LAERTE GOMES – Deixa eu falar. A matéria foi acordada para colocar em pauta, eu conversei com os senhores, botou em pauta. Presidente, coloca a votação, quem quiser votar a favor, vota...

O SR. HERMÍNIO COELHO – Mas nós queremos discutir o projeto.

O SR. LAERTE GOMES – Pode discutir, pode discutir. Questão de Ordem, a gente discute toda hora projeto, pode discutir. Vamos votar, aí pode discutir a vontade. Ontem nós ficamos aqui duas horas discutindo projeto.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Líder, só que não foi essa intenção, porque eu não sei se aqui tem gente falando em língua, ninguém entende nada. Para com isso, para com isso! O que é isso?

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – O projeto foi lido pausadamente, Deputado Luizinho, vocês não prestaram atenção, foi colocado em discussão o parecer do Deputado...

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Mas, eu tenho “emendas” na matéria, Secretário...

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Foi colocado em discussão o projeto, infelizmente fica um conversando com o outro e não prestam atenção.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Eu não estou falando com o senhor. A hora que o Presidente foi fazer a leitura, deu o parecer... Eu tenho emenda na matéria, eu tenho emenda na matéria...

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Eu só quero pedir para manter a ordem nesta Casa, esta Casa tem um Regimento, tem um Regimento. Já foi votado o parecer, foi votado o parecer, não tem mais o que votar, matéria votada, já passou o momento. Nós temos um Regimento na Casa.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Como que votou o parecer se eu tenho emenda e eu não pude nem fazer a leitura da emenda?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Cada Deputado se manifesta...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Deputado Luizinho, tem um segundo momento. Presidente, Presidente, a gente coloca então a votação. Na segunda votação o Deputado Luizinho coloca as emendas. A gente pode fazer isso.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Tudo bem, mas nós temos um Regimento...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Vamos votar agora, eu quero saber quantos votos tem...

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Deputado Jesuíno, eu só quero entender, então me explica. Foi feito a leitura, Deputado Lebrão, só para esclarecer, não foi quando o senhor fez a leitura. Foi quando veio para o Presidente, porque eu tenho emenda nesta matéria e eu entendo que a tramitação normal é nós discutirmos. Quem foi o relator da matéria, Deputado Jesuíno?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Quem foi o relator da matéria Deputado?

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Onde foi o relatório?

O SR. ADELINO FOLLADOR – Deixa eu esclarecer aqui. Hoje o Deputado Edson colocou em votação o meu parecer, que eu nunca dei. Eu nunca fui relator dessa matéria. Inclusive eu estou dizendo aqui nunca fui relator esse projeto, naquele dia nós pedimos na Comissão, mas eu nunca recebi, nunca fui relator dessa matéria e foi colocado em votação o meu parecer, de que jeito?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Então, não tem parecer não...

O SR. ADELINO FOLLADOR – O meu parecer, de que jeito?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não tem parecer, então tem que votar o projeto.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - Senhor Presidente, Questão de Ordem, Questão de Ordem, Senhor Presidente.

O SR. LÉO MORAES – Tem que votar o parecer, tem que votar o parecer...

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – O projeto tinha parecer do Deputado Adelino Follador, teve o pedido de vista, foi concedido. O projeto voltou à pauta, nós temos um Regimento. Foi colocado em votação o parecer com a emenda...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Correto, senhor Presidente, foi votado.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Então, nós estamos colocando agora em votação o projeto. E na segunda votação, se houver interesse de alguém apresentar emenda, nós temos regimentais nós vamos acatar a emenda.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Eu só gostaria que registrasse os votos contra.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Eu só gostaria que cada um se manifestasse. Favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Então, o projeto está aprovado em primeira discussão com 09 votos contrários.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Presidente, Questão de Ordem.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – O Projeto está aprovado em primeira discussão com 09 votos contrários e 15 votos a favor. Vai...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não, não! Está errado! Cadê agora os favoráveis? Eu quero saber os que estão presentes na Casa agora, na Sessão. Quantos estão presentes agora?

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Por favor, Questão de Ordem. Verificação de quorum, Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Eu estou com 24 Deputados presentes...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Verificação de quorum. Presidente, por favor.

O SR. LÉO MORAES – Eu gostaria de solicitar que a Mesa Diretora, o Presidente colocasse a votação no placar, de forma que todos pudessem ver como cada um votou, senhor Presidente. Esse é...

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Eu só queria pedir aos Deputados, só para sentarem agora acomodados, para gente continuar a Sessão.

O SR. LÉO MORAES – Esse é o pedido. Senhor Presidente...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Senhor Presidente, eu quero que registre os votos dos favoráveis.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Presidente, eu só quero deixar claro e registrar que dentro desta matéria tinha um pedido de vista que foi feito por mim e eu apresentei o relatório, eu apresentei um relatório. Como a matéria estava com o pedido de vista, o pedido de vista está vencido. Esse relatório, esse parecer que eu apresentei tem que ser discutido, Presidente, ele tem que ser discutido.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Deputado Luizinho, o Deputado Adelino deu o voto, a gente pediu vista e o processo estava sobrestado.

O SR. LÉO MORAES – Senhor Presidente, o pedido é que coloque no painel a votação de cada colega, ouça que existe o pedido.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Deputado Léo Moraes, é um Projeto de Lei, ele não é um Projeto de Lei Complementar.

O SR. LÉO MORAES – O pedido é legítimo, ele tem que se apreciado pela Mesa. Ele tem que ser apreciado, senhor Presidente Maurão, que é o Presidente, pode assumir a presidência também. O Presidente Maurão pode assumir a presidência para aprovar, deliberar o nosso pedido.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Deputado Léo, eu gostaria que mantivessem a ordem, para que nós pudessemos colocar então o Requerimento do Deputado Léo em votação.

O SR. LÉO MORAES – Não, a Mesa Diretora, o Presidente de plano, de Mesa, pode deliberar, Senhor Presidente, pode deliberar. Tem que deliberar, a Mesa pode deliberar, o senhor pode deliberar se quer que mantenhamos a transparência e que cada um veja como cada um votou.

O SR. LÉO MORAES – Deputado Léo Moraes, nos termos regimentais eu vou indeferir o seu pedido, é um Projeto de Lei.

O SR. LÉO MORAES – É pedido discricionário de Vossa Excelência. Se o senhor entender que deve colocar no painel, será inserido no painel.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Está indeferido, Deputado Léo, o seu pedido.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - O parecer foi dado hoje?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Parecer já tem pedido de vista, Deputado Lazinho.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - Mas não está no Projeto o parecer dele, não está no Projeto o parecer. Não está não, não tem parecer dentro do Projeto.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Tem no pedido de vista, Deputado Lazinho.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – O pedido de vista, Deputado Jesuíno, fui eu que fiz o pedido.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Mas tem que ter o parecer.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Foi dado o parecer pelo Deputado Adelino.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Mas, não está aqui não.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Está, está aí, olha.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Não está aqui não.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Foi feito verbal, a gente pediu vista.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Pessoal eu gostaria de pedir ordem na Casa, eu gostaria só de pedir ordem porque aqui precisa ter respeito nesta Casa. Porque senão nós vamos pedir para retirar as pessoas que faltarem com a ordem.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Presidente, quem tem que respeitar esta Casa é o senhor, Presidente! O senhor não está respeitando aqui o Regimento, não está respeitando a tramitação. Eu estou dizendo...

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Deputado Luizinho, esta Casa tem um Regimento, Deputado Luizinho. Estou permitindo todo trâmite regimental da Casa, a votação do Projeto, eu antes discutir matérias depois de votada. Nós temos um Regimento que nós temos que seguir.

O SR. LÉO MORAES – Senhor Presidente, o pedido foi indeferido a votação no painel, foi indeferido por Vossa Excelência?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Foi indeferido.

O SR. LÉO MORAES – Foi indeferido por Vossa Excelência. Então, nós solicitamos que seja apresentado de forma nominal porque nós sabemos quem levantou o braço e quem não levantou. Coloque quem votou. Não tem problema, não tem problema. Coloque aí, que fique de forma, por gentileza quem votou, quem levantou o braço e foi contrário ao Projeto.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Quem foi favorável e quem foi contra.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – E já quero apresentar um Requerimento que independente disso, está aqui, quem fez o pedido de vista fui eu. O pedido de vista foi feito no dia 19/10 dentro do prazo. Eu apresentei um parecer, eu apresentei um parecer.

Então, o seguinte Presidente, eu já quero deixar um Requerimento aqui na Mesa da Casa, que se a tramitação foi feita dessa forma, eu quero que a própria Assessoria Legislativa da Casa entre com uma representação diante do Poder Judiciário, contestando esse posicionamento da Assembleia Legislativa. Está oficializado o meu Requerimento. E, infelizmente, nós fechando o ano e ver uma, nem sei o que é isso, é uma atrocidade que estão fazendo com esta Casa. É vergonhoso, é vergonhoso!

O SR. LÉO MORAES – Deputado, faz uma lista aí por gentileza, pronto, faça a lista nominal aí dos Deputados, acabou-se.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Presidente Edson Martins. Questão de Ordem Deputado Edson. Já vai colocar em votação nominal agora líder, vai? Só pedir para a Mesa, para o líder, para o Presidente que está conduzindo os trabalhos. Poxa, nós estamos votando para criar cargos numa empresa que tudo mundo diz que está quebrada, os salários dos trabalhadores atrasado e nós criando cargos comissionados na CAERD. Isso é um absurdo cara!

O SR. JESUÍNO BOABAID – Presidente, só uma situação aqui, uma situação aqui atípica. Vamos fazer o seguinte, vamos seguir o Regimento, vamos seguir o Regimento. O Deputado Adelino deu voto na plenária no dia 19/10.

O SR. LÉO MORAES – Contrário.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não, favorável, favorável.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Ele não deu favorável, ele foi emitir o relatório e eu pedi vista, ele emitiu o relatório.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Calma aí! O Deputado Luizinho pediu vista, o que a gente está pedindo aqui agora nesse exato momento é que o voto contrário seja também apreciado. É só isso. É um direito da gente também...

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Eu só quero pedir que cada um que vai votar contrário também, então se manifeste, vai ficar registrado. A assessoria vai nominar...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Primeiro o voto contrário, depois a votação, a gente quer que o senhor aprecie o...

O SR. LÉO MORAES – Sim, mas antes disso... Assessoria Legislativa... O que é que acontece, senhor Deputado Marcelino, qual que é o procedimento? Existiu um parecer, após isso o Deputado Luizinho Goebel pediu vistas, trouxe através do seu pedido de vistas, ele trouxe um relatório, um voto contrário, esse voto contrário não foi apreciado.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não foi apreciado...

O SR. LÉO MORAES – Tampouco o outro foi validado. Então nós aqui agora uma omissão legislativa, nós temos que apreciar. Nas cortes, no Tribunal de Contas, no Tribunal Eleitoral quando o Magistrado traz um voto divergente, esse voto é apreciado. Então aqui que tem que ser apreciado o voto do Deputado.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Tem que ser apreciado o voto Presidente, tem que ser apreciado.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Só para esclarecer, eu fui nomeado relator e o Deputado Luizinho pediu vista e eu não dei o relatório. Então ficou interrompido, então não houve relatório não. Eu gostaria que voltasse e votasse de novo porque eu não dei o relatório.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Mas se não teve relatório não tem vista, se não tem relatório Deputado Adelino não tem vista.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu não dei o relatório, eu já pedi para ver, não dei relatório, não tem, não tem nada que confirme que eu dei relatório favorável. Então...

O SR. LÉO MORAES – Senhor Presidente, sob esse argumento, sob essa condição, não tem relatório, cabe inclusive o pedido de nulidade de toda a Sessão, de tudo que nós discutimos até agora. Então é melhor nós tentarmos equacionar esse problema para que depois não tenhamos...

O SR. LAERTE GOMES – Deputado Léo, teve parecer, está nos Anais da Casa, teve Deputado Léo.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Eu sugiro até, se não voltar atrás nessa questão, eu...

O SR. LAERTE GOMES – Como que ia ter pedido de vista se não tivesse o parecer? Para com isso!

O SR. ADELINO FOLLADOR - Eu quero propor aos companheiros que são contra, se essa matéria permanecer aí, a gente vai obstruir, ou obstruir o resto das matérias até que se decida isso, porque não é justo isso. Vamos obstruir isso aí...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Deputado Edson, coloca para votar, só pauta o voto contrário e depois a gente vai para votação, só isso. Deputado Edson, pauta o voto contrário, vê quem vota contrário, quem é a favor ou contra.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Eu só quero pedir, nós temos aqui o parecer lá na Sessão de Pimenta Bueno, parecer favorável, foi pedido vista, foi cumprido todo o trâmite regimental.

Eu só quero pedir o seguinte, a votação, a Secretaria Legislativa vai registrar os votos contrários.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não, não! Vamos analisar o pedido do Deputado Luizinho agora, aí o senhor coloca depois em votação, é a mesma coisa.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - O parecer do Deputado Adelino não foi concluído porque foi o pedido de vista antes...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Que não foi, é o que tem que ser, conhecido o voto do relator que tem que ser a vista. Isso não existe não, gente. Vamos pautar logo. Vamos logo votar aqui. Vamos votar o voto do Deputado Luizinho, gente.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Tem parecer favorável?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Deputado Lazinho, foi parecer favorável. Eu coloquei o parecer favorável em discussão, eu não observei se tinha algum Deputado que estava conversando, não estava prestando atenção no trabalho, votamos o parecer...

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Senhores Deputados, não existe um pedido de vista no projeto...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Está na Taquigrafia...

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Deputados, não existe...

O SR. HERMÍNIO COELHO - O Deputado Adelino está certo, porque o Deputado Adelino, antes dele dar o parecer, o Deputado Luizinho pediu vista.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não tem isso não...

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Não existe pedido de vista sem dar o parecer, sem o conhecimento do parecer.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não existe... Conhecido o voto do relator...

O SR. HERMÍNIO COELHO – Antes de o Deputado Adelino dar o parecer, o Deputado Luizinho pediu vista...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não tem como! Não tem como!

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Não pode ser solicitado o pedido de vista antes do conhecimento do parecer, foi dado o parecer e o Deputado Luizinho pediu vista.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Vamos discutir o voto do Deputado Luizinho aqui agora. Coloca, Presidente, o voto do Deputado Luizinho contrário, aí a gente levanta, registra; aí vai para o voto de novo, são duas votações.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Eu só quero pedir quem vota contrário para registrar o voto na segunda discussão. Aí nós vamos discussão, se apresentar emenda, apresenta emenda e pronto.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Presidente, eu não aceito, Presidente! Não aceito! Eu vou fazer a leitura...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Primeiro o relatório do Deputado Luizinho, vamos votar o relatório do Deputado Luizinho. Vai, pauta aí, o senhor. Não vai pedir vista não, é só para pautar,

votar lá. Ele vai ler e a gente vai pautar. Sim, o parecer só, Deputado, só isso.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Presidente, Deputado Edson Martins, Questão de Ordem? Líder, Presidente a questão é a seguinte, levanta o braço, nós somos 9 contra, um exemplo, aí Vossa Excelência coloca 9 contra e 15 favorável, não tem os 24, não estão no plenário, aí o senhor contabiliza, tem que contar quantos têm favoráveis e aí os que têm contra.

O SR. LAERTE GOMES – Pede verificação de quorum, Deputado.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Vou pedir então. Faça a verificação de quorum, e traga todo mundo aqui no plenário, faça a verificação de quorum.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Vê só quem está a favor que é mais fácil, pega só quem está a favor.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Faça a verificação de quorum.

O SR. JESUÍNO BOABAID - Deputado Hermínio, eles vão pautar o relatório do Deputado Luizinho e aí a gente vai ver quantos têm na votação, calma.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Deputado Jesuíno, eu nunca vi, toda vez que o projeto, que o parecer, o Presidente elege o Deputado para dar o parecer na tribuna, depois que o Deputado dá o parecer não cabe mais vista. A hora que colocaram para o Deputado Adelino dar o parecer, o Deputado Luizinho pediu vista, pediu vista antes, é assim que fala o Regimento.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não, não Deputado. Conhecido o voto do relator dá vista, Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO – A vista é antes do parecer do relator, pelo menos era, a não ser que tenha mudado aqui agora, que aqui muda todo dia.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Conhecido o voto do relator..., pega o Regimento lá.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Conhecido o voto, não. Na hora que ele for escolhido, depois que ele dá o parecer.

O SR. JESUÍNO BOABAID – O Regimento é claro.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Deputado Hermínio, conhecido o voto do relator, aí ele pode solicitar o pedido de vista, não pode ser anteriormente.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Deputado Hermínio, só assim...

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Pediria só questão de ordem aí, vamos ouvir o Deputado Lazinho.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Sempre teve harmonia aqui nesta Casa, o Deputado Adelino está dizendo que o parecer dele não foi concluído, portanto, só o que registrem aí o que nos dará garantia do que ele disse é o vídeo ou as notas

taquigráficas, a sugestão é: suspende o projeto e vamos ver o vídeo. No vídeo a gente constata quem está dizendo a verdade e quem não está, que as notas taquigráficas é feita pela mão humana, o vídeo não, o vídeo está provando qual foi o voto dele naquela hora que ele não foi concluído o voto dele. Eu lembro muito bem que a briga naquela hora começou justamente quando o Deputado Luizinho pediu vista, essa é a sugestão que eu faço.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Eu indefiro o pedido do Deputado Lazinho, vamos concluir a votação. Só gostaria de pedir que fique registrado o voto contrário de cada Deputado, que fique registrado.

Gostaria de pedir novamente, os Deputados que quisessem manifestar contrário ao voto novamente, tem 9 votos...

O SR. JESUÍNO BOABAID – O senhor vai indeferir o voto do Deputado Luizinho então?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Não, do Deputado Lazinho que pediu...

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Mas o meu não, Presidente?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Eu não entendi o voto do Deputado Luizinho.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Nenhum voto contrário Deputado Edson. Vamos usar por simetria lá da CCJ, o Deputado Jesuíno apresenta seu relatório, um outro pede vista, vem o outro parlamentar ele vai com voto contrário, leva para a plenária, quem decide são os deputados da CCJ. Vamos usar por simetria a mesma situação da Comissão de Constituição e Justiça, tem um voto contrário, então V.Ex^a deve agora deixar que o Deputado Luizinho fale o seu voto e a gente vota SIM ou NÃO, aí o senhor coloca em votação, é somente isso.

O SR. LÉO MORAES – Senhor Presidente, o pedido do Deputado Lazinho foi indeferido? O pedido para que resgate as notas taquigráficas e o vídeo também, foi indeferido?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Deputado, todo procedimento de parecer dentro do processo, está regularmente igual os outros projetos, está o mesmo parecer favorável do Deputado. Nesse sentido eu indeferi o pedido.

O SR. LÉO MORAES – Mas pelo processo... Pelo garantismo dessa ação, senhor Presidente, não é legítimo nós termos acesso para constatar se realmente teve dois votos?

O SR. ADELINO FOLLADOR – Meu voto sempre foi contrário, nunca concordei com a CAERD na tribuna ou em qualquer lugar que eu estiver nunca fui favorável a essa questão da CAERD. Sempre meu, pode procurar todas as matérias dos jornais desta Casa que eu sempre me posicionei contrário. Não existe nenhum projeto, nenhuma vez que eu concordei. Desde o começo, quando o Sindicato me procurou, eu fui contrário e sempre usei esta tribuna 'contrário', jamais a favor desse projeto.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Eu vou pedir ao Deputado Luizinho, por favor, manifestar o seu voto. Nós vamos deferir o seu voto contrário.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Agora nós temos a situação minha e tem a situação do Deputado Lazinho, não é? E tem a questão do Deputado Adelino, e aí como é que vai ficar?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Traz o seu voto, Deputado Luizinho. Traz o seu voto que ele está em pedido de vista, traz o seu voto aí.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Calma, Deputado Cleiton, Vossa Excelência vai conseguir os cargos. Eu acho que vocês vão ganhar aqui, fica tranquilo, fica tranquilo.

O SR. LÉO MORAES – Eu queria fazer uma pergunta, Deputado Luizinho...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – O senhor indeferiu ou deferiu o meu pedido? Se o senhor indeferiu o meu pedido toca. Se o senhor deferiu, como estava pedido, estão localizando o vídeo.

O SR. LÉO MORAES – Não, mas não pode deixar o voto agora.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Eu quero pedir ao Deputado Luizinho para proferir o voto dele, para nós colocarmos em apreciação o voto do Deputado Luizinho Goebel.

O SR. LÉO MORAES – Deputado Luizinho, o parecer do Deputado Adelino, que está sendo contestado, ele está apensado no projeto, Secretaria Legislativa?

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Não está.

O SR. LÉO MORAES - Não está. Então da onde, cadê esse voto? Como é que o Deputado, por exemplo, o Deputado Luizinho que acertadamente votou contra, como é que ele vai rebater um parecer que não existe, que ninguém está vendo? Essa é a discussão, a gente tem que recuperar o voto do Deputado Adelino Follador para continuar a Sessão e a votação, sob pena de anulação de todo o dia de hoje.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Senhor Presidente, Questão de Ordem, senhor Presidente?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Pois não, Deputado Marcelino.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Vamos inverter a pauta, enquanto ele consegue lá o vídeo que o Deputado Adelino Follador está solicitando, invertemos a pauta, enquanto o...

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Deputado Marcelino, todos os atos desta Casa ficam registrados nos Anais, posteriormente nós poderemos registrar, questionar se for possível. Tudo está registrado. Neste momento nós não vamos suspender, parar a votação, posteriormente poderá questionar, poderá pedir vídeo.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Presidente Edson, Questão de Ordem, Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Pois não, Deputado Hermínio.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Eu quero só uma Questão de Ordem para pedir para os Deputados aqui, Deputado Jesuíno, Deputado Léo, para todos os Deputados aqui, que várias votações já nesta Assembleia aqui durante..., há muito tempo, desde que eu sou Deputado, eu já recorri ao Tribunal de Justiça de Rondônia várias vezes, e eu nunca ganhei uma. O Tribunal é decisivo nisso. A questão aqui é nossa, é decisão interna corporis. Por isso que aqui, Presidente, Vossa Excelência, Presidente Deputado Edson, Vossa Excelência gosta de patrolar tudo aí, porque Vossa Excelência que o Tribunal não derruba. Aqui pode ter todo tipo de absurdo, o Tribunal não vai mudar. E eu até concordo, mas o Tribunal deveria analisar melhor porque mesmo, que eu acho legal o Tribunal não se meter na questão, nas decisões internas nossas. Mas têm coisas absurdas que o Tribunal tinha, sim, porque infelizmente... Esse projeto, Deputado Edson, se o Governo discutisse aqui, a base do Governo discutisse aqui e ganhasse no voto, mas é colocado de uma forma... Não é, Deputado Jesuíno? De uma forma... Meu amigo eu sou fumante, infelizmente, eu não posso mais sair ao fumódromo, porque se eu for ali votam um monte de projetos aqui sem eu estar sabendo. Por isso que eu digo: vamos discutir melhor os projetos, vamos... Não precisa desta pressa toda.

O SR. LAERTE GOMES – Já confirmou o parecer, foi favorável.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Presidente, Presidente, solta o vídeo aqui do Deputado Adelino para todo mundo assistir. Ah, é ou não? É favorável? Então pronto. Toca o rito. Vai Deputado Luizinho, pronto. Então coloca aqui para a gente ver.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Aqui é importante que... Aqui é o Parlamento, eu acho que é o lugar de a gente discutir mesmo. Eu acho que precisa o Plenário é soberano, mas tem que respeitar a independência de cada um. O voto foi registrado favorável. Eu já indeferi o pedido do Requerimento, eu posso soltar agora com o pedido do Relator. O Relator que é o Deputado Adelino.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Coloca o som aí para a gente ver. Coloca aí para a gente ver.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Nós vamos seguir a votação.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Pode colocar, mas o voto foi...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Coloca aí para a gente ver. Eu quero ver.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – O voto do Deputado Adelino foi favorável.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Foi favorável.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – E aí em seguida o Deputado Luizinho pediu vista. Agora outra situação não é essa.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Presidente, mas independente do parecer do Deputado Adelino ser favorável ou contrário, a vergonha é do mesmo jeito.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Exatamente.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Aprovar este Projeto é uma vergonha.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não. Mas aí eu vou dar meu...

O SR. HERMÍNIO COELHO – É nojento este Projeto, cara! A CAERD, a CAERD não está atendendo a cidade, está faltando água, salário atrasado...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Nós já perdemos. Aí já perdeu...

O SR. HERMÍNIO COELHO – Este projeto é um absurdo, líder Laerte Gomes.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Deputado Herminio, eu respeito a sua posição, mas vamos respeitar...

O SR. HERMÍNIO COELHO – Vamos repensar e tirar este Projeto.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – O Plenário é soberano, Deputado Herminio, nós temos que respeitar a maioria. Eu respeito à pessoa de Vossa Excelência...

O SR. HERMÍNIO COELHO – Eu respeito, sim.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Mas eu gostaria encerrar a discussão.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Eu estou pedindo para a maioria pensar direito e nós não votarmos neste Projeto que é absurdo, meu amigo Deputado Ezequiel Junior, meu amigo Cleiton Roque. Vamos analisar e pensar e votar contra. Tirar este Projeto da pauta.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Espera aí, espera aí! Vamos ver.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Presta atenção.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Vamos ouvir.

(Apresentação do áudio gravado no momento da emissão do parecer ao Projeto de Lei 799/17, pelo Deputado Adelino Follador, durante a 3ª Sessão Itinerante, ocorrida em 19 de outubro de 2017)

Transcrição do áudio:

“O SR. ADELINO FOLLADOR – Projeto de Lei nº799/17, do Poder Executivo, Mensagem 243, que ‘autoriza a Companhia de Água e Esgotos de Rondônia, CAERD, a proceder a contratação de pessoal por tempo determinado para atender as necessidades temporária, excepcional de interesse público’. Com certeza é de suma importância a contratação desses Engenheiros, nós esperamos que o Governo do Estado faça alguma coisa para resgatar a imagem da CAERD de Rondônia que hoje, com certeza, deixa a desejar. Então, somos de Parecer favorável, Presidente, pelas Comissões pertinentes.”

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Deputado Cleiton Roque, calma o povo desta área, por favor.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Deputado Laerte Gomes, meu amigo Deputado Laerte, meu companheiro Líder do Governo, vamos repensar...

O SR. JESUÍNO BOABAID – O Deputado Adelino deu o parecer favorável. O Deputado Adelino deu o parecer favorável porque foi o entendimento que era a questão da... Calma! Deixa só eu falar um negócio aqui, de uma situação. O Deputado Adelino deu porque nesta Itinerante foi falado que era reduzido, eu lembro, reduzido e que iria contratar Engenheiros para manter o TAC. Foi esta situação. Aí por isso que o Deputado, de boa fé, deu o parecer favorável. Eu lembro.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Por isso, Deputado Edson Martins, cadê o Presidente Maurão? Deputado Maurão assuma esse negócio aqui, assumo esse trem aqui e tira essa pouca vergonha da pauta, da Ordem do Dia. Esse Projeto é uma pouca vergonha! Tira esse Projeto da Ordem do Dia, Deputado Maurão assumo esse negócio aqui, e vamos tirar esse Projeto da pauta. Meu Líder, meu Deputado Lebrão, meus amigos, para acabar essa guerra do Governo, vamos tirar esse Projeto da pauta. Esse Projeto não vai prejudicar o Governo não. Meu amigo Deputado Ezequiel Junior, vamos tirar esse Projeto da pauta para discutir o ano que vem. Deixa pelo menos pagar os salários dos trabalhadores para discutir alguma coisa.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Eu queria, deixa explicar aqui. Vendo essa situação aqui, a gente reviu lá em Pimenta Bueno, ainda não tinha nem começado a greve, não tinha começado essa manifestação toda. Chegaram dizendo que teria que reduzir, que ia ficar só quarenta e poucos engenheiros, e que ia deixar, que eram 98 cargos, e que nós tínhamos que manter os engenheiros e depois dessa situação, nós discutimos aqui na Assembleia todas as posições, inclusive nesta matéria mesmo, depois eu falei que era contrário. Eu falei pela legalidade, mas na época foi dito que ia reduzir os cargos de 98 para quarenta e poucos cargos. Então, foi discutido lá na Sessão Itinerante, numa bagunça lá, no momento, mas não houve, e sempre minha posição foi contrária e meu voto foi no plenário também é contrário. Pela regularidade, pelo Regimento, mas eu sempre me posicionei contra. E lá em Pimenta Bueno, agora que a gente lembrou que foi lá na Sessão de Pimenta Bueno, mas a minha posição sempre foi contrária. E você votar pela legalidade, o Projeto é legal, ninguém está dizendo que não é legal, mas é imoral e, por isso, eu sou contra e continuo. Eu gostaria que esta Casa revisse essa situação, porque não é moral, não é digno de manter essa posição.

A CAERD está falida praticamente. Os servidores todos sem receber. Hoje, foi denunciado aqui nesta tribuna que não está sendo cumprida a ordem judicial e tem cumprir. Acho que foi o Deputado Léo Moraes que falou hoje que não está sendo cumprido o que foi feito lá no Ministério do Trabalho, o acordo. Então, nós precisamos preservar esses servidores. Eu acho que isso é uma coisa que tem que ser reanalisada por esta Casa, Deputado Edson. Está aqui o Presidente desta Casa, nós temos que rever esta situação, esse Projeto deixa para o ano que vem, deixa para nós resolvermos, ver se a CAERD consegue resolver essa situação que é muito difícil. Obrigada.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Eu só quero... Pois não Deputado Maurão.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Eu só quero, Deputado Edson, que o senhor conclua que a Vossa Excelência está sen-

tado neste ato na Presidência. Eu sou contrário à criação de cargo na CAERD Por que sou contrário? Sou contrário porque acho que a CAERD, na situação que está não tem condições, não me convenceu que a criação desses cargos vai resolver os problemas da CAERD. A CAERD hoje está falida, quebrada e, portanto, eu fiz um compromisso no rádio onde eu estava, na televisão, tornei público que votaria contra a criação da CAERD. Não é porque a CAERD, hoje, quando os servidores e Sindicato estiveram no nosso gabinete, Deputado Léo, pedindo que votássemos contra, eu até diria assim, a CAERD é o patinho feio do Governo, o Governo hoje está muito bem em todos os setores, menos na CAERD. Porque há anos que ela vem se endividando, se endividando, tentaram arrumar uma solução, não arrumaram, piorou a situação da CAERD, e aonde a gente vai, a gente apanha por causa da CAERD. Um exemplo lá na cidade de Pimenta Bueno, que na hora que terceirizou a CAERD lá, hoje a água é mais barata e as pessoas estão satisfeitas. Onde está a CAERD hoje, o povo está insatisfeito, é difícil defender a CAERD nessa situação.

Agora, o funcionário não é obrigado a pagar o pato. Os funcionários têm que receber, porque eles são funcionários hoje, queira ou não queira, do Estado. Portanto, eles não têm culpa disso. Eles não têm culpa de a CAERD ter ido mal e hoje está em situação difícil.

Então, eu quero pedir ao Presidente que neste ato, que coloque para votar Deputado, e conclua essa votação e, depois eu estou acabando de assinar uns projetos ali para vir para a pauta, e o senhor pode continuar presidindo a Sessão.

O SR. ADELINO FOLLADOR – A minha assessoria está lembrando aqui. Questão de Ordem. Inclusive, nós fizemos dois Requerimentos no dia, nenhum foi respondido. Esses Requerimentos que foram feitos nesta Casa, quanto era a despesa de pessoal, dois Requerimentos que nós fizemos, nenhum foi respondido.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Depois do Deputado Adelino, é Vossa Excelência.

O SR. LAERTE GOMES – Só uma Questão de Ordem Deputado Adelino. Gostaria que o Presidente Maurão que está no plenário, ocupasse a cadeira de Presidente desta Casa. Ele, no plenário, tem que sentar na cadeira de Presidente. Gostaria que ele sentasse.

(Às 15 horas e 21 minutos o senhor Edson Martins passa a presidência ao senhor Maurão de Carvalho)

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Líder, o senhor é um cabra forte, o senhor colocou o Presidente sentado na cadeira. Aí manda.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Presidente, o senhor vai pautar aqui...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Eu queria adiantar. Deputado Lazinho, o Vice-Presidente está aqui e ele é eleito para ser Vice, eu estava despachando alguns projetos aqui atrás, para entrar em pauta. Eu confio no Deputado Edson Martins. Eu estou aqui...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Presidente Maurão, o senhor vai deixar... O Deputado Luizinho vai falar ou não vai falar? O senhor tem que deferir. Se o senhor indeferir, então registra.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado Lazinho, conclui a fala, Deputado.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Deputado Luizinho, Luizinho!

O SR. LÉO MORAES – Senhor Presidente, rapidamente, 30 segundos, para a gente discutir a questão da CAERD, a gente discutir a questão da usina, porque nós temos as ações correndo na Justiça, nós temos condicionantes que não estão sendo cumpridas. Por isso que é temerário a Assembleia Legislativa, neste momento, tomar partido e ter uma definição enquanto a Justiça ainda não teve. Nós estamos acabando com o estado democrático de direito, com o espírito garantista dos parlamentares em relação à votação, quando a gente atropela uma decisão judicial. A CAERD rasgou a Constituição e a decisão que foi firmada lá no Tribunal do Trabalho com a Cesarineide, isso é o mais importante. A questão...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Eu vou por o projeto para votar, com parecer favorável do Deputado Adelino. Quem for contra vota contra, quem for a favor vota a favor, pronto.

O SR. LÉO MORAES – Mas fica, senhor Presidente, o alerta para que depois, num futuro não tão distante, a Casa de Leis pague o pato por essa medida que está tomando hoje, num futuro não tão distante. A decisão é judicial, deve ser respeitada e nós estamos patrolando a decisão judicial do TRT, da Justiça Federal e da Justiça do Estado de Rondônia. Isso é um problema grave. Isso é grave! E o Tribunal de Contas.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Presidente, eu tinha solicitado duas situações. A primeira, quando foi votada essa matéria em Pimenta Bueno, eu fiz um pedido de vista. Diante do pedido de vista, que foi deferido por Vossa Excelência, eu apresentei um parecer e esse parecer está aqui no processo desde a data que estava prevista diante do Regimento. Eu respeitei a data. Então assim, a primeira questão é essa, eu entendo que regimentalmente este parecer deveria ser realmente apreciado pelos pares porque isso é regimental. Esse é o primeiro passo. Caso isso não acontecendo, ele não sendo avaliado e votado e apreciado pela Casa, eu já apresentei outro Requerimento à Mesa, solicitando da própria Assessoria Legislativa que faça o procedimento legal para que a gente debata isso no âmbito judiciário. Por quê? Porque eu entendo que o Regimento da Casa, a prerrogativa parlamentar deve ser respeitada. Então, simplesmente...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado Luizinho, deixa eu... O relator deu parecer favorável, que é o Deputado Adelino lá, pela legalidade. O seu parecer é pelo seu voto, não muda o relatório, é um voto separado. Então vou botar para votar o projeto com o parecer do Deputado Adelino. O seu vota contra, como eu vou votar contra...

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Mas o meu não é um voto, Presidente. O meu é o parecer.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Mas o seu parecer não tem validade.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Se eu pedi vista tem validade.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Mas Vossa Excelência não foi nomeado para ser relator. O que vale é o parecer do relator.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Deputado Luizinho, Deputado Maurão, vamos fazer pelo menos fazer o mínimo, Presidente. Aqui é decisão interna *corporis*. Eu sei que o Regimento fala questão de Comissão de Constituição e Justiça, mas o plenário é soberano. Vamos ouvir o voto e ele bota em apreciação. O senhor vota contrário. Vamos ver os dois pareceres. Vamos abrir esse precedente porque como bem disse o Deputado Léo Moraes, é situação de Justiça, é situação de moralidade, é uma situação de 'n' coisas. Bota para pautar o voto do Deputado Luizinho.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Então, Deputado, eu vou fazer, atendendo o Requerimento...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Requerimento meu, meu Requerimento agora, Deputado Jesuíno Boabaid.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Atendendo o Requerimento do Deputado Jesuíno Boabaid.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Presidente, eu gostaria que o Dr. Manvailer então me falasse para que é que serve a vista se não muda nada a regra do jogo? Serve a vista para quê? Para protelar matéria 07 dias? Examinar a matéria e contestar se eu não acordar.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Mas Vossa Excelência não pode mudar o parecer. O parecer é do Deputado...

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Mas o parecer é meu. O plenário tem que deliberar se aceita ou não.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Eu vou por o Requerimento a pedido do Deputado Jesuíno Boabaid. Vou por no plenário para deliberar o pedido do Deputado, do Requerimento seu, atendendo seu pedido. Não vai mudar nada.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Vamos embora votar!

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – A votação é lógica. Se votar o parecer do Deputado Adelino, esse parecer favorável tiver a maioria, está morto o parecer do Deputado Luizinho. É isso, não precisa votar os dois. Bota um e... Não tem diferença.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Senhor Presidente, eu queria fazer só uma pergunta, só mais uma pergunta para deixar no ar. Lá no Supremo Tribunal Federal nós temos vários Ministros. O Ministro pede a vista de uma matéria e ele muda muitas vezes o parecer dele, contesta o parecer que está em votação. E muitos Ministros que até já votaram favorável ou votaram contrário, eles invertem o voto, eles mudam o voto. Então, o que eu não estou entendendo que aquele mesmo colegiado, que é a luz deste colegiado, por que lá tem uma regra e aqui tem outra regra? É só para contemplar os interesses escusos dessa matéria?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado Luizinho, Deputado Luizinho, é o voto dele. O relatório já está

aqui. Mas eu vou colocar o Requerimento, o pedido do Deputado Jesuíno Boabaid...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - Para votar o do Deputado Luizinho.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – É, para votar do Deputado Luizinho. Vamos abrir o precedente.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Tem que fazer a leitura.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Que para mim é um trabalho a mais, mas tudo bem, que é para ficar na clareza, vamos fazer. Deputados que votam...

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Presidente, mas eu não vou ler o relatório? Eles vão saber o que vão votar?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Calma, o senhor vai ler.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Seu relatório nós já sabemos que é contrário. Já sabe, para que ler?

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Presidente, vamos fazer o seguinte, se eles já sabem, se eles já sabem, alguém sabe aí, quem sabe do meu relatório? Mas eu tenho que fazer a leitura, eu estou embasando...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Então faça Deputado Luizinho, faz, faça a leitura, Deputado Luizinho. É o voto dele, nós vamos... É o voto, mas vamos por no Plenário, não tem problema, não vai mudar nada o voto aqui. É a mesma coisa, é trabalhar mais, um a mais, é um a mais que nós vamos fazer.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – A proposta do nosso parecer é a seguinte, diz o seguinte: que a CAERD é uma Sociedade de Economia Mista vinculada ao Estado de Rondônia. Logo, trata-se de entidade administrativa que compõe a Administração Indireta Estadual, e, por essa razão, deve se submeter aos princípios administrativos aplicáveis a tais tipos de pessoas jurídicas, previsto no art. 37 da CF 88. Dentre eles, o estampado no Inciso II do mencionado artigo, ou seja, obrigatoriedade de contratação de empregados por meio da realização prévia de concurso público.

Nesse sentido, veja-se a jurisprudência pacificada no Supremo Tribunal Federal nos termos do seguinte precedente: Agravo Regimental no Agravo de Instrumento, Administração Pública Indireta, Sociedade de Economia Mista, Concurso Público, Inobservância, Nulidade do Contrato de Trabalho. Efeitos. Não sendo observado isso o próprio Supremo diz que esse ato é nulo. Saldo de Salário.

Após a Constituição do Brasil de 1988, é nula a contratação para a investidura em cargo ou emprego público sem prévia aprovação em concurso público. Tal contratação não gera efeitos trabalhistas, salvo o pagamento do saldo de salários dos dias efetivamente trabalhados, sob pena de enriquecimento sem causa de Poder Público. Precedentes. A regra constitucional que submete as empresas públicas e sociedade de economia mista ao regime jurídico próprio das empresas privadas, art. 173, § 1º e 2º da CB 88: não elide a

aplicação a esses entes, do preceituado no art. 37, II, da Constituição Brasileira de 88, que se refere à investidura em cargo ou emprego público. Agravo regimental a que se nega provimento. Supremo 680939, Relator Ministro Eros Grau. Data de Julgamento: 27.11.2007. Na Segunda Turma e que foi publicado no Diário Oficial 018 e que foi divulgado no dia 31.01.2008.

Portanto, Presidente, o nosso parecer a referida matéria já discutida em ação direta de inconstitucionalidade em todas as instâncias judiciais, sendo considerada a proporção inconstitucional, ou seja, a Companhia de Águas e Esgotos – CAERD, não pode ter em seu quadro servidores em cargos de Comissão desta natureza, conforme o julgamento, o julgamento nº 666/49 de 2015.5140005.

Então Presidente, nós temos aqui uma decisão Suprema do Supremo Tribunal Federal, nós temos aqui um posicionamento da Justiça do Trabalho que o Deputado Léo, inclusive, participou dessa Audiência. Nós temos um encaminhamento do Tribunal de Contas do Estado e nós estamos aqui votando favorável essa matéria, passando por cima de todos os aconselhamentos desses órgãos, todos os aconselhamentos.

Então, eu só quero que se registre que se todos esses órgãos: Judiciário, Justiça do Trabalho, Tribunal de Contas do Estado, se todos eles aconselham para que nós não votemos, para que não se proceda à aprovação dessa matéria, quem somos nós para contestar isso?

Então assim, eu só quero que fique registrado porque se esses mesmos Poderes, e eu repito: Tribunal de Contas, Justiça do Trabalho e Supremo Tribunal Federal que aqui é representado pelo Judiciário Estadual, se eles fizeram esse encaminhamento, essa matéria sendo aprovada que eles tomem as devidas providências. Obrigado, Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Só acalma um pouco aí para a gente poder...

O SR. HERMÍNIO COELHO – Só para dizer, Deputado Maurão, que com certeza vai ser mais um projeto que vai ser aprovado aqui nesta Casa, neste plenário, que com certeza o Sindicato, o SINDUR, através do advogado, vai derrubar na Justiça. Agora, o que eu pediria aqui era para que a gente evitasse esse trabalho todo, realmente é complicado, está aí, está já tem uma decisão, o Ministério já foi obrigado a demitir noventa e tanto ou foi cento e tanto e eles vão ganhar de novo na Justiça.

Por isso, sobre a Sessão aqui não, o Tribunal não se mete aqui, o que a maioria decidir aqui, não; sobre a Sessão, anular a votação aqui é muito difícil, pelo menos até agora eu nunca consegui anular nenhuma. Mas o mérito, na hora que você entrar, a lei, com certeza...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Verdade. O Regimento aqui é outro, não é Deputado?

O SR. HERMÍNIO COELHO – A Lei com certeza, a tendência é anular, porque está aí como o próprio Deputado Luizinho citou muito bem. Por isso, vamos, já foi discutido demais, eu já apelei até para o Emerson Castro aqui. O Emerson Castro, por que vocês têm tanto interesse nesse projeto? Já falei com o líder, aí todo mundo fala que tem que ser votado. Então, o que eu posso fazer é... O que a gente pode fazer é o seguinte, é votar, pedir para os colegas, mais uma vez, votar contra e o que a maioria decidir aqui é o que vai ser aprovado.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Presidente, peço agora para votar nominal.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado, eu queria pedir só para que os Deputados pudessem se sentar para visualizar melhor, visualizar melhor...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Solicito que seja colocado voto nominal. Eu estou fazendo um Requerimento.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Porque não coloca no, lá no, coloca, Deputado Maurão, como se fosse um Projeto de Lei Complementar.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Eu vou fazer o seguinte. Como já foi indeferido, eu vou consultar o plenário, se faz nominal ou não Deputado.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não, é um Requerimento, é um Requerimento.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – É um Requerimento, eu vou por em votação. Então o Requerimento do Deputado Jesuíno Boabaid para votação, se nominal ou não.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Ou contrário.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Ou Contrário. A votação do parecer do processo.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Primeiro coloca o parecer para o Requerimento em votação...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Os Deputados contrários fiquem de pé.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Contrário?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – É, os contrários. A favor...

O SR. JESUÍNO BOABAID – A favor do quê?

O SR. LÉO MORAES – A favor do Requerimento.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Os favoráveis se manifestem, como se encontram. Os contrários fiquem de pé. Gente, por favor, por favor, eu espero para vocês baixar o volume aí, eu espero que vocês baixem aí e não atrapalhem a Sessão... Mais um pouco de ordem aqui, agora, não podemos atrapalhar a Sessão.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Presidente, o senhor está botando em pauta o quê?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Eu vou por o Requerimento, o seu pedido. Os 'a favor', ficam de pé.

O SR. JESUÍNO BOABAID – De qual? Do Deputado Luizinho?

O SR. AÉLCIO DA TV – Agora tem que ser o contrário, quem tem que ficar de pé quem é contra o Requerimento.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Os favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Os contrários se manifestem...

O SR. HERMÍNIO COELHO – Rapaz, vocês não sabem conduzir nem mais uma votação! Um negócio absurdo!

O SR. JESUÍNO BOABAID – Os favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Os favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Eu vou contar.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Já deu 13, vamos para votação agora.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Senhor Presidente, a contagem que nós fizemos só deu 12.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Já tem 13, Deputado. Agora é a votação do projeto.

O SR. JESUÍNO BOABAID – A votação.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – A votação do projeto. O contrário vai votar contra o Requerimento do Deputado Adelino, para entender. Os contrários, eu sou contra, nós temos que votar contra o parecer do Deputado Adelino.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Isso, isso!

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Nós vamos votar contra. O Deputado Adelino vai votar contra, ele pode votar contra o parecer.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Presidente, agora eu faço outro Requerimento, que o senhor faça nominal a votação. O Requerimento para o senhor...

O SR. EDSON MARTINS – Mas o parecer já foi votado, Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Primeiro nós vamos votar o parecer.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Então, vota, vota, eu quero nomes, vai.

O SR. EDSON MARTINS – Mas o parecer já foi votado Presidente, matéria votada. Foi votado, eu estava presidindo essa Sessão, foi votado já o parecer. O parecer já está aprovado, nós não temos que votar matéria que já foi votada.

O SR. JESUÍNO BOABAID – É só votar agora o Projeto.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Já foi sim. A nossa assessoria que está...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Vota o Projeto agora.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O parecer já foi votado, agora é a votação do Projeto.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Bota no painel, Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – A votação do Projeto de Lei 799/17, quem é favorável permaneça como está, os contrários se manifestem.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Agora, eu vou nominar. Tem que nominar Presidente, Deputado Adelino, Deputado Maurão...

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, não tem cadeira para todo mundo. Então, os favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem.

O SR. JESUÍNO BOABAID – A gente está contando só.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado Adelino, um; Deputado Maurão, dois; Deputado Aécio, três; Deputado Ribamar, quatro; Deputado Dr. Neidson, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, votos.

O SR. LÉO MORAES – É isso aí, dez votos.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Dez votos.

O SR. LÉO MORAES – Faça a contagem aqui olha, faça a contagem. Deputado Aécio.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado Aécio, Deputado Ribamar, Deputado Hermínio, três; Deputado Léo, quatro; Deputado Lazinho, cinco; Deputado Luizinho, seis; Deputado Jesuíno, sete; Deputado Dr. Neidson, oito; Deputado Maurão, nove; e Deputado Aécio, dez. Dez a treze. Está aprovado o Projeto.
Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 801/17 DO DEPUTADO ANDERSON DO SINGEPERON. Introduz a classificação indicativa em exposição, amostras, exposições de arte e eventos culturais no âmbito do Estado de Rondônia, e dá outras providências.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Solicito ao Deputado Adelino que emita parecer pela Comissão de Constituição e Cultura.

O SR. LAERTE GOMES – Até agora nós ouvimos gritos ameaçando os Deputados aqui, Presidente. Isso é ameaça ao Deputado. Fecha a janela lá.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR - Presidente, até agora nós ouvimos gritos, ofensas aos Deputados. Na realidade, vergonha maior fez o SINDUR durante dez anos que administrou a CAERD e quebrou a CAERD. Tanta ladroagem na CAERD feita pelo SINDUR, tanta ladroagem que foi alvo de uma operação do Ministério Público, esqueceram-se da Operação Kairós? Oito milhões de reais roubaram da CAERD, oito milhões. E aí tem coragem de tentar ofender um Deputado aqui neste plenário, nós não podemos permitir isso. O SINDUR esteve lá durante dez anos Presidente, dez anos, se instalou uma quadrilha, esquema de tudo que era jeito, até num empréstimo consignado, mais de oito milhões de reais, oito milhões de reais.

Esqueceram-se da Operação Kairós, no ano passado? Teve Operação Kairós do Ministério Público, e agora enchem o peito para tentar ofender qualquer membro desta Casa aqui. Lavem a boca de vocês, vocês são os maiores responsáveis pela quebra da CAERD.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Solicito ao Deputado Adelino, para emitir o parecer pelas Comissões Pertinentes.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR – Presidente coloque ordem no plenário, Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Gente, eu vou pedir para fechar o vidro aí, que nós precisamos trabalhar. Por favor, assessoria, pode fechar.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR – E digo mais Presidente, não devo para SINDUR, não devo para SINDUR. Por favor, façam outdoor com minha cara e esparramem pelo Estado, não tem problema não. Quero que o povo conheça a minha cara em todo o Estado.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Deputado Maurão, acho que até fica chato fechar o vidro.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado Adelino para emitir o parecer.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Deputado Maurão, eu tenho certeza de que os ânimos já estão baixando aí, acho que poderia, fica feio fechar os vidros aí. Acho que se deixasse.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Senão não dá para trabalhar, vira o Deputado xingando a pessoa, a pessoa xingando aqui, aí tem que colocar ordem na Casa. Não dá, não é?

O SR. ADELINO FOLLADOR – Calma aí, calma...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – A pessoa tem que entender, porque senão nós não temos como trabalhar, nós temos outros projetos aqui.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Estamos aqui para dar o parecer, mas o próprio Prefeito falou para mim ontem que vai entregar o saneamento de Porto Velho para privatizar, para privatizar porque a CAERD não está mais...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Quería que emitisse o parecer. Então com certeza é um projeto muito polêmico.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Projeto de Lei 801/17 do Deputado Anderson “Introduz a classificação indicativa em exposição, amostras, exposições de arte e eventos culturais no âmbito do Estado de Rondônia, e dá outras providências”.

Somos de parecer favorável pelas Comissões pertinentes, pela legalidade do projeto.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão o parecer do Deputado Adelino Follador.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Qual é o projeto Presidente? Qual é esse aí?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – É do Deputado Anderson. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado o parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado. Vai à segunda discussão e votação.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 190/17 DA MESA DIRETORA. Estabelece a Estrutura Organizacional Administrativa e o Quadro Gerencial e de Assessoramento da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Solicito ao Deputado Laerte para emitir o parecer pela Comissão de Justiça.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Deputado Maurão, Questão de Ordem. Eu queria só colocar, líder, antes de Vossa Excelência dar o parecer, o seguinte, primeiro os trabalhadores da CAERD, parabenizá-los pela luta. A luta de servidores da CAERD já tem dezenas de anos que eles lutam, e a luta continua. Aqui nós estamos num processo democrático, nós fomos vencidos por 13X10. Vocês já protestaram, continua, vocês vão derrubar na Justiça essa votação, esse projeto, essa lei que foi criada agora. E eu pediria, Deputado Maurão, eu pediria para todos os companheiros, os trabalhadores que estão no plenário que ficassem tranquilos e que a presidência autorizasse abrir esse vidro, que eu não aguento participar de Sessão com esse vidro fechado.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado não tem nenhum problema mandar abrir, se tiver briga, aí eu tenho que mandar fechar.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Eu não vou ficar no plenário se o vidro continuar fechado. Eu estou pedindo para os trabalhadores, para a população que está presente... Presidente, abra os vidros.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pode abrir, agora se voltar a atrapalhar a Sessão, aí eu sou obrigado a fechar.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, trata-se de matéria de autoria da Mesa Diretora, Projeto de Lei Complementar 190/17 que “Estabelece a Estrutura Organizacional Admi-

nistrativa e o Quadro Gerencial e de Assessoramento da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia”.

Somos de parecer, senhor Presidente, pela aprovação da referida matéria pela constitucionalidade, legalidade e pelas Comissões pertinentes.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão o parecer do Deputado Laerte Gomes, parecer favorável. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado o parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei Complementar, votação nominal.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- ausente
- Deputado Airton Gurgacz	- ausente
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Anderson do Singeperon	- sim
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- ausente
- Deputado Ezequiel Júnior	- sim
- Deputado Geraldo da Rondônia	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- sim
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lazinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Léo Moraes	- ausente
- Deputado Luizinho Goebel	- ausente
- Deputado Marcelino Tenório	- sim
- Deputado Maurão de Carvalho	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputada Rosângela Donadon	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- ausente
- Deputado Só Na Bença	- sim

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Com 17 votos favoráveis, está aprovado. Vai à segunda votação.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 745/17 PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 188. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por superávit financeiro, até o montante de R\$ 5.573.116,17, em favor da Unidade Orçamentária: Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/RO.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (PRESIDENTE) – O projeto encontra-se sem parecer. Solicito ao Deputado Laerte para emitir parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, trata-se de matéria de autoria do Poder Executivo/Mensagem 188, que “Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por superávit financeiro, até o montante de R\$ 5.573.116,17, em favor da Unidade Orçamentária: Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/RO”.

Senhor Presidente, nós somos pela legalidade, constitucionalidade, somos de parecer favorável a referida matéria pela CCJ e demais Comissões pertinentes.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Fazer o registro aqui do nosso amigo Vereador, hoje eleito Presidente da Câmara de Cacoal, Corazinho; viu Corá, hoje o negócio está quente aqui desde manhã. Mas é assim mesmo, final de ano a coisa aquece aqui. Nossos cumprimentos ao Vereador Corá e os outros vereadores que prestigiam esta Sessão, e aqui é assim mesmo.

Em discussão o parecer favorável do Deputado Laerte Gomes. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado o parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei 745/2017. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado. Vai à segunda discussão e votação.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE RESOLUÇÃO 120/2017 DA MESA DIRETORA. Dispõe sobre as especialidades e as atribuições dos cargos de provimento efetivo da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, e dá outras providências.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O projeto encontra-se sem parecer. Solicito ao Deputado Laerte para emitir o parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, trata-se da matéria de autoria da Mesa Diretora que ‘Dispõe sobre as especialidades e as atribuições dos cargos de provimento efetivo da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, e dá outras providências’. Projeto de Resolução 120/2017, que é a Resolução para o nosso concurso, definindo e disciplinando os cargos e atribuições para o concurso público.

Somos de parecer favorável pela constitucionalidade e legalidade da referida matéria pela Comissão de Constituição e Justiça e demais Comissões pertinentes.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão o parecer do Deputado Laerte Gomes. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado o parecer.

Em discussão única e votação o Projeto de Resolução 120/17. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado. Vai ao Expediente.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 779/2017 DO DEPUTADO ANDERSON DO SINGEPERON. Dispõe sobre a proibição do funcionamento dos cursos técnicos e de graduação na área de saúde voltada à formação de profissionais no âmbito do Estado de Rondônia, na modalidade de Ensino À Distância (EAD).

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O projeto encontra-se sem parecer. Solicito ao Deputado Adelino para emitir o parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Projeto de Lei 779/2017, de autoria do Deputado Anderson do Singeperon, 'Dispõe sobre a proibição do funcionamento dos cursos técnicos e de graduação na área de saúde voltada à formação de profissionais no âmbito do Estado de Rondônia na modalidade de Ensino A Distância - EAD'.

Somos de parecer favorável pelas Comissões pertinentes, com emenda. Inclusive tem uma emenda minha aqui garantindo todos os cursos que já têm autorização do MEC que seja preservado, é proibido daqui para frente. Então está preservando as entidades que já têm autorização para funcionar.

Somos de parecer favorável pelas Comissões pertinentes, senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Em discussão o parecer favorável do Deputado Adelino, com emenda. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado o parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei 779/2017 com emenda. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado. Vai à segunda discussão e votação.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 172/2017 DO DEPUTADO ANDERSON DO SINGEPERON. Altera a Lei Complementar 68, de 09 de dezembro de 1992, para incluir os profissionais da Enfermagem no rol do artigo 56-A.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O projeto encontra-se sem parecer. Solicito ao Deputado Adelino para emitir o parecer pelas Comissões pertinentes.

Fazer o registro aqui do Vereador de Cacoal, Rogerinho da Saúde e o Valdecir, nosso Vereador acompanhado pelo Presidente Corá. Fiquem à vontade.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Projeto de Lei Complementar 172/2017 de autoria do Deputado Anderson do Singeperon, que 'Altera a Lei Complementar 68, de 09 de dezembro de 1992, para incluir os profissionais de Enfermagem no rol do artigo 56-A'.

Somos de parecer favorável pelas Comissões pertinentes, pela legalidade e com emenda do Deputado Léo Moraes. Somos favoráveis pelas Comissões pertinentes, com emenda.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão o parecer do Deputado Adelino Follador, com emenda. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado o parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei Complementar nº172/17, com Emenda. A votação é Nominal.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado Herminio.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Eu quero aqui cumprimentar o nosso Presidente Roque, Presidente do Sindicato dos Servidores do Judiciário; cumprimentar os nossos Vereadores lá de Cacoal, o Corazinho; o Valdecir Goleiro; e o Rogerinho. Obrigado pelas presenças. Obrigado também por nos receber muito bem lá na Câmara de Cacoal. Estão lá na luta junto com a Prefeita Glaucione e arrumar a nossa cidade de Cacoal. A gente tem sido parceiros e vamos continuar ajudando o município de vocês.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Este é qual, Presidente? Hein, Presidente? Esse é qual aí? Presidente, Presidente Maurão este Projeto é qual mesmo? É do Deputado Anderson, não é?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O painel está aberto. É do Deputado Anderson.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- ausente
- Deputado Airton Gurgacz	- sim
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Anderson do Singeperon	- ausente
- Deputado Cleiton Roque	- ausente
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Ezequiel Júnior	- sim
- Geraldo da Rondônia	- sim
- Deputado Hermínio Coelho	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- sim
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- ausente
- Deputado Lazineiro da Fetagro	- ausente
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Léo Moraes	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- sim
- Deputado Maurão de Carvalho	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputada Rosângela Donadon	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- ausente
- Deputado Só Na Bença	- sim

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Com 18 votos favoráveis está aprovado. Vai à segunda discussão e votação.

Próxima matéria, senhor Presidente.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – INDICAÇÃO DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Indica ao Poder Executivo a necessidade de transferir o feriado estadual do dia 04 de janeiro para o dia 02 de janeiro de 2018, alusivo à instalação do Estado de Rondônia.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO E DR. NEIDSON. Requer a realização de Audiência Pública para análise da situação de criação de novos municípios do Estado de Rondônia, em especial sobre o município do Distrito de Extrema.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Requerimento do Deputado Maurão de Carvalho e Dr. Neidson, em discussão e votação. Encerrada a discussão, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, só a Indicação que nós fizemos aí que é importante, foi um pedido da Associação Comercial dos Comerciantes que é fazer o feriado do dia 04 de janeiro, aniversário de Rondônia, para o dia 02. Porque dia 1º é feriado na segunda e eles já emendam, os servidores já emendam até na terça, feriado, e depois vida que segue. Está bem, senhor Presidente?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO LEBRÃO. Requer à Mesa nos Termos do parágrafo único do artigo 199 do Regimento Interno que seja dispensado Interstício Regimental para apreciação em segunda discussão e votação dos Projetos: Projeto de Lei Complementar nº 190/17, Projeto de Lei nº 843/17, Projeto de Lei nº 853/17, Projeto de Lei nº 745, Projeto de Lei nº 854/17, Projeto de Lei nº 847/17, Projeto de Lei Complementar nº 172/17, Projeto de Lei Complementar nº 182/17, Projeto de Lei nº 850/17, Projeto de Lei nº 851/17, Projeto de Lei nº 852/17, Projeto de Lei nº 801/17, Projeto de Lei nº 779/17, Projeto de Lei nº 780/17, Projeto de Lei nº 800/17.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão e votação o Requerimento do Deputado Lebrão. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Não há mais matérias. Está encerrada a Ordem do Dia, senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Encerrada a Ordem do Dia, passamos ao Grande Expediente.

Deputado Adelino, Vossa Excelência vai falar ou vai abrir mão?

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Não está inscrito o Deputado Adelino, não.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Encerrado o Grande Expediente, passamos às Comunicações de Lideranças. Não há oradores inscritos. Encerradas as Comunicações de Lideranças, passamos às Comunicações Parlamentares. Não há oradores inscritos.

E nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e, antes de encerrar a presente Sessão, convoco uma Sessão Extraordinária para em seguida, a fim de apreciarmos as matérias em segunda discussão e votação, as matérias aprovadas nesta Sessão.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 16 horas e 03 minutos)

ADVOCACIA GERAL

Extrato Contrato nº 29/AG/ALE/2017 Processo Administrativo Nº 0017430/2017-54

Contratante: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDONIA – ALE/RO

Contratada: NP CAPACITAÇÃO E SOLUÇÕES TECNOLOGICAS LTDA

DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a disponibilização de acesso à ferramenta denominada Banco de Preço, especializada em pesquisas e comparações de preços praticados pela administração pública, com a disponibilidade de informativos dos preços práticos no Mercado Público Nacional, valores de referências e Atas de Registro de Preços, para servir de subsídio às cotações de preços a serem feitas pela área específica e setores solicitantes quando das aquisições.

DO PRAZO: A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, que iniciar-se-á em 18/12/2017 e seu término se dará em 17/12/2018, podendo ser prorrogado nos termos no inciso II do artigo 57 da Lei n. 8.666/93.

DO VALOR: 4.1. A CONTRATANTE pagará á CONTRATADA o valor de R\$ 7.990,00 (sete mil novecentos e noventa reais), em parcela única.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes do presente contrato serão supridas com a Nota de Empenho, com as seguintes programações: Programa de Trabalho – 01122102020620000 - Elemento de Despesas – 339039 - Fonte – 0100000000 - Evento – 400091 / UO – 1001.

15.2. Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi devidamente registrado às fls. 16 do livro de contrato da Advocacia Geral e lavrado em três vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Porto Velho/RO, 18 de dezembro de 2017.

Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia - Contratante

Deputado Maurão De Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

NP CAPACITAÇÃO E SOLUÇÕES TECNOLOGICAS LTDA - CONTRATADA

Rudimar Barbosa dos Reis
Representante Legal

Visto:

Whanderley da Silva Costa
Advogado Geral Adjunto